ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 734

PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA DOMICILIAR SOBRE A PREVIDÊNCIA RURAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL (PROJETO AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL)

Guilherme Delgado*
José Celso Cardoso Jr.*

Rio de Janeiro, junho de 2000

* Da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Martus Tavares - Ministro
Guilherme Dias - Secretário Executivo

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Presidente
Roberto Borges Martins

DIRETORIA

Eustáquio José Reis
Gustavo Maia Gomes
Hubimaier Cantuária Santiago
Luís Fernando Tironi
Murilo Lôbo
Ricardo Paes de Barros

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e disponibiliza, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais do país. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir de estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

Texto para Discussão tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 103 exemplares

SERVIÇO EDITORIAL

Supervisão Editorial: Nelson Cruz
Revisão: André Pinheiro, Elisabete de Carvalho Soares, Isabel Virginia de Alencar Pires, Lucia Duarte Moreira, Luiz Carlos Palhares e Miriam Nunes da Fonseca
Editoração: Carlos Henrique Santos Vianna, Juliana Ribeiro Eustáquio (estagiária), Rafael Luzente de Lima e Roberto das Chagas Campos
Divulgação: Libanete de Souza Rodrigues e Raul José Cordeiro Lemos
Reprodução Gráfica: Edson Soares e Cláudio de Souza

Rio de Janeiro - RJ

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 — 14º andar - CEP 20020-010
Telefax: (21) 220-5533
E-mail: editrj@ipea.gov.br

Brasília - DF

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES — 10º andar - CEP 70076-900
Telefax: (61) 315-5314
E-mail: editsbs@ipea.gov.br

Home page: **http://www.ipea.gov.br**

© IPEA, 2000
É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 - APRESENTAÇÃO 1

2 - MUDANÇAS NA POLÍTICA SOCIAL E NA ECONOMIA FAMILIAR RURAL: OS CONTEXTOS HISTÓRICO E TEÓRICO DA PESQUISA DE CAMPO 2
2.1 - Reconfiguração do Espaço Rural Brasileiro à Luz do Setor de Aposentados e Pensionistas: Algumas Evidências Factuais 3
2.2 - O Debate Teórico do "Novo Rural": O que Há de Novo no Brasil.....6

3 - OBJETIVOS E REFERENCIAL METODOLÓGICO DA PESQUISA DE CAMPO 10
3.1 - A Unidade de Análise e as Variáveis Relevantes.....10
3.2 - Principais Hipóteses de Pesquisa.....13

4 - IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL: AVALIAÇÃO COM BASE NOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO 18
4.1 - Caracterização Geral da População Beneficiária.....18
4.2 - Condições de Efetividade e Universalização do Sistema Previdenciário Rural.....21
4.3 - Condições de Reprodução Econômica e Combate à Pobreza 25
4.4 - Relações Domiciliares de Cooperação e Ajuda Mútua 35

5 - MIGRAÇÃO E DOMICÍLIOS: BREVE ANÁLISE DE HIPÓTESES DERIVADAS DA PESQUISA DE CAMPO 39
5.1 - Fluxos Migratórios Induzidos pelo Recebimento do Seguro Previdenciário.....39
5.2 - Condições de Moradia e Bem-Estar Domiciliar.....42

6 - SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOCIAL 50

ANEXO 1 53

ANEXO 2 55

BIBLIOGRAFIA 58

RESUMO

O texto apresenta parte dos resultados da pesquisa de campo realizada no 2º semestre de 1998, junto a 6 mil domicílios das regiões Sul e Nordeste do Brasil, destinada a avaliar os impactos socioeconômicos da Previdência Rural. Este sistema prima por promover uma redistribuição de renda muito importante junto a um segmento da população originária do campo e historicamente excluída das conquistas sociais do país. Os resultados mostram que a renda domiciliar das famílias contempladas com o seguro previdenciário rural está, em média, 16% acima da renda domiciliar de famílias sem acesso aos benefícios pagos pelo INSS. Isto permite manter cerca de 85% das famílias pesquisadas da região Sul e 62% das do Nordeste acima da condição de pobreza, tendo por base 1/2 salário mínimo domiciliar *per capita* (ou cerca de 60 dólares por ocasião da pesquisa). Nos domicílios sem acesso aos benefícios, esse índice cai para 60% na região Sul e para apenas 26,5% no Nordeste. Essa situação sustenta uma avaliação positiva do programa previdenciário rural, que tem no idoso (homens com idade superior a 60 anos e mulheres maiores de 55 anos) o centro de um processo de revitalização da economia familiar rural.

ABSTRACT

This paper presents some of the information from the domestic inquiry carried in 1998, between August and September. The investigation covered six hundred homes in the Southern and Northeasthern regions of Brazil. It's main objective was to evaluate the socioeconomic and regional impacts of the Rural Social Security. This system of social security promotes a very important income redistribution among the poor of the rural sector, historically excluded from the social rights. The main results indicate in 1998 a rise of 16% of familiar income in South and Northeast, in comparison with families without access to the social system. The access to the system allows to maintain 85% of the families investigated in the South and 62% in the Northeast above the line of poverty based on half a minimum salary per-capita (or US$ 60). In the homes without access to the social security in the South, the familiar income above the poor line is 60%. In the Northeast, the familiar income above the poor line is only 26,5% of the homes without access to the social security. This situation allows a positive evaluation of the system of retirements and alimonies of the rural population. This system focuses on the elderly (men above 60 and women above 55) and allows a restructuring of the rural domestic economy.

1 - APRESENTAÇÃO

Este trabalho apresenta e interpreta os resultados da pesquisa domiciliar, realizada pelo IPEA em parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) e o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser), relativamente às condições de vida e reprodução econômica das famílias beneficiárias da previdência rural na região Sul do Brasil.

O projeto de pesquisa Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural — Fase II abrangeu, além dos três estados da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), nove estados da região Nordeste, cujos resultados encontram-se ainda em elaboração. Daí as interpretações feitas até agora restringirem-se apenas à região Sul do país.

A abordagem deste texto, dividido em seis seções, incluindo esta apresentação, parte de uma visão geral das fortes mudanças havidas na década de 90 na política agrícola convencional e particularmente na política previdenciária rural. A Seção 2 identifica empiricamente o setor de aposentados e pensionistas rurais do Brasil, de dimensão demográfica muito expressiva em relação ao tamanho do setor rural brasileiro: aproximadamente 4 milhões de famílias. Este achado estatístico adquire especial significação a partir de duas abordagens desenvolvidas no texto, a saber: *a*) a interpretação teórica desse "novo setor rural" à luz da política social em evidência; e *b*) a inquirição direta do público-alvo desse setor, que constitui propriamente o objeto de investigação de nossa pesquisa de campo.

A Seção 3 (referencial metodológico) elenca o problema central da pesquisa e as hipóteses que adotamos para aferir com rigor os efeitos e a efetividade da política previdenciária sobre o setor rural das duas macrorregiões de pesquisa, o Nordeste e o Sul. Elas foram escolhidas não apenas pela relevância estatística do nosso público-alvo, os beneficiários da previdência rural, mas também pelas peculiaridades regionais do chamado "regime de economia familiar rural", objeto central da avaliação de resultados.

As Seções 4 e 5 apresentam em detalhe os resultados do inquérito domiciliar realizado junto a 3 mil residências da região Sul, que confirmam e/ou restringem vários aspectos das hipóteses sobre efetividade e universalização da previdência no meio rural, e sobretudo demonstram sua elevada influência sobre a economia familiar, explicando grande parte da melhoria da renda, das condições de ocupação da família, do gasto domiciliar e da geração de um excedente de renda sobre gastos em mais de 3/4 dos domicílios pesquisados.

Finalmente, a Seção 6 resgata as principais conclusões e recomendações recolhidas ao longo da construção e interpretação da pesquisa, e que nos parecem amplamente relevantes para orientar e aperfeiçoar essa política social, particularmente no que diz respeito a sua eficácia no combate à pobreza e revitalização da economia familiar rural.

2 - MUDANÇAS NA POLÍTICA SOCIAL E NA ECONOMIA FAMILIAR RURAL: OS CONTEXTOS HISTÓRICO E TEÓRICO DA PESQUISA DE CAMPO

As mudanças recentes a que o título deste capítulo se refere são de mão dupla. Há evidentes mudanças no subsistema de proteção social do "setor rural" a partir da Constituição de 1988; e há, simultaneamente, mudanças em curso na agricultura brasileira com o fim da chamada "modernização conservadora" e ingresso do país no processo contraditório de liberalização da política agrícola.

Este trabalho parte de uma constatação factual muito expressiva: a constituição de um setor de aposentados e pensionistas da previdência rural com cobertura social universal e acesso a um seguro de renda mínima do sistema. A dimensão socioeconômica desse setor e o impacto desse seguro de renda sobre o setor rural, principalmente sobre o seu segmento familiar, constituem uma novidade histórica que precisa ser melhor conhecida.

O debate teórico que situa de maneira conveniente essa novidade histórica nutre-se de diferentes contribuições, sendo calcado, em parte, nas teorias do estado de bem-estar e nos fundamentos das políticas sociais; em outra, é um debate agrário e/ou das novas concepções do mundo rural e do desenvolvimento agrícola no país. Todo esse debate deve ser trazido à realidade histórica do Brasil e de sua sociedade desigual, para finalmente desaguar na conjuntura atual.

A desorganização econômica e social do setor rural brasileiro — que ocorre com o fim das políticas agrícolas intervencionistas que vigoraram do pós-guerra até o final dos anos 80 — deixou profundamente alteradas as condições de reprodução capitalista na agricultura brasileira. O efeito cumulativo da liberalização comercial e financeira, do fim da intervenção nos mercados de *commodities* e da desvalorização patrimonial do estoque fundiário culminou com o rompimento do chamado pacto da "modernização conservadora", sem abrir claros caminhos para um novo surto de crescimento agrícola (para fora ou para dentro) no país. As resultantes desse impasse político são um simultâneo impasse econômico, relativa estagnação do *agribusiness* brasileiro na década de 90 e simultânea ampliação de um setor de economia familiar no espaço rural, em que se sobressai o subsetor de subsistência.

É nesse contexto que ocorre a ampliação dos direitos sociais preconizada pela Constituição de 1988. Ela introduziu o princípio do acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos à previdência social, em regime especial, cuja principal característica é incluir o chamado setor rural informal, constituído pelo "produtor, parceiro, meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes" (art. 195, § 8º, Constituição Federal de 1988).

Essa ampliação de direitos sociais, no contexto histórico em que se dá, suscita o surgimento desse novo espaço rural — o setor dos aposentados e pensionistas

rurais —, cuja dinâmica e vitalidade dependem, fundamentalmente, do acordo político que prevaleça para mantê-lo vivo no contexto das instituições da política social brasileira.

2.1 - Reconfiguração do Espaço Rural Brasileiro à Luz do Setor de Aposentados e Pensionistas: Algumas Evidências Factuais

A aplicação do princípio contido no art. 195, § 8º da Constituição Federal significa, na prática, estender os direitos previdenciários a idosos (com redução de limite de idade) e inválidos de ambos os sexos, independentemente da capacidade contributiva dessas pessoas. Isto acarretou uma ampliação significativa da cobertura do seguro social com acesso ao salário mínimo, tendo ocorrido em uma circunstância histórica muito peculiar, na qual o próprio setor rural se descapitalizava e empobrecia. Por essa razão, a emergência de um grupo social específico, amparado pelo seguro social (dos aposentados e pensionistas rurais), vem constituindo um novo ator social, cujos papéis, dinâmica e significação clamam por melhor conhecimento e explicação. Mas antes dessas explicações qualitativas, é necessário explicitar a efetividade dessa reforma previdenciária mediante indicadores quantitativos relevantes.

Do ponto de vista macrossocial, o impacto da reforma a partir de 1992 pode ser descrito com base em alguns dados gerais, resumidos na Tabela 1.

Tabela 1

Alguns Indicadores Globais da Universalização Previdenciária pós-1992

Anos	Valor dos Benefícios Mensais Pagos (em US$ Mil)	Número Total de Benefícios (Mantidos)	Número de Benefícios por Idade	Valor Unitário dos Benefícios Rurais (em US$)
1991	180,0	4.080,4	2.240,5	44,1
1992	234,4	4.976,9	2.912,8	47,1
1993	403,8	6.001,0	3.855,9	67,3
1994	526,8	6.359,2	4.176,2	82,8
1995	637,8	6.332,2	4.126,8	100,7
1996	705,2	6.474,4	4.102,2	108,9
1997	725,3	6.672,3	4.140,2	108,7
1998	749,8	6.913,1	4.305,3	108,5

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) — 1991 a 1998.

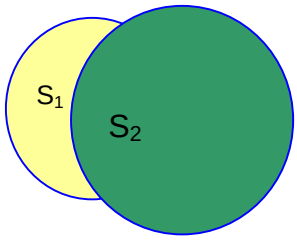
Os dados gerais da Tabela 1 evidenciam que entre 1991 e 1998 praticamente dobra o número absoluto de benefícios por idade acumulados no sistema rural, enquanto seu valor unitário passa de US$ 44,1 para US$ 108,5 mensais. O impacto financeiro dessa reforma mais do que quadruplica o gasto mensal com benefícios permanentes (aposentadorias e pensões pagas), que cresce de US$ 180 milhões para perto de US$ 750 milhões mensais. Anualizado, este gasto situou-se em torno de US$ 10 bilhões em 1998.

Esse gasto social, por outro lado, tem uma incidência distributiva e redistributiva muito importante no âmbito do setor social a que se destina. Neste ponto, temos que nos valer dos resultados da pesquisa de campo, visto que somente a partir dela podemos isolar e comparar nosso público-alvo com outro público do chamado setor rural, sem acesso às aposentadorias e pensões.

A previdência social rural pagou, em 1998, 6,91 milhões de aposentadorias, pensões, rendas mensais vitalícias e amparos previdenciários aos seus segurados do setor rural. Por sua vez, a pesquisa domiciliar de residências seguradas pela previdência rural revela que, em média, pagou-se 1,78 benefício por domicílio na região Sul e perto de 1,70 na região Nordeste, sendo as duas regiões responsáveis por aproximadamente 65% dos benefícios previdenciários (permanentes) pagos anualmente. Na falta de informações definitivas, cremos que é lícito tomar uma média dessas duas relações regionais (benefícios/domicílios = 6,91/1,72) e aplicá-la ao Brasil como um todo. Esse indicador revela que cerca de 4 milhões de domicílios no Brasil constituiriam um setor amparado pela previdência rural, que aqui denominaremos S_1. De posse dessa informação, e de outros indicadores relevantes que a pesquisa nos aponta, podemos comparar o setor S_1 com o setor rural tradicional das estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1997 e observar algumas diferenças significativas para uma variável-chave do inquérito de campo, a renda domiciliar.

Os Gráficos 1 e 2 nos permitem focar a medição da renda domiciliar no setor S_1 (aposentados e pensionistas), compará-la com o S_2 (setor de domicílios rurais) da PNAD e definir um setor "S_2 não S_1" que, para efeitos analíticos, serviria como amostra de controle (ou amostra-testemunha). Nesse último, por definição, não há domicílios rurais com residentes aposentados ou pensionistas.[1]

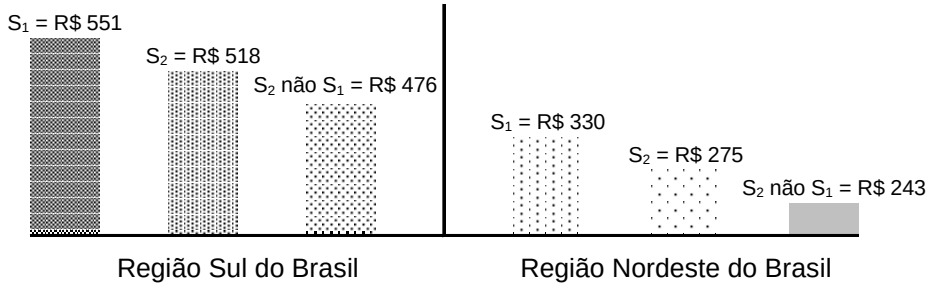
Gráfico 1
Configuração do Espaço Rural



S_1: setor de aposentados e pensionistas rurais
S_2: setor de domicílios rurais da PNAD

[1] O setor S_1, para o Brasil como um todo, representa 4 milhões de domicílios. O setor S_2, para o país, segundo dados da PNAD de 1997, possui 8,1 milhões de domicílios (exceto a região Norte). O setor "S_2 não S_1", ainda segundo a PNAD de 1997, possui 5,2 milhões de domicílios. Finalmente, o setor "$S_1 \cap S_2$" possui 2,46 milhões de domicílios.

Gráfico 2
Renda Média Domiciliar Comparada — Sul e Nordeste do Brasil



A estatística do setor de aposentados e pensionistas da previdência rural que aqui denominamos S_1 foi obtida a partir de uma pesquisa amostral para as regiões Nordeste e Sul do Brasil. Os aposentados e pensionistas dessas duas regiões receberam em 1998, pelo *Anuário Estatístico da Previdência Social* (AEPS) desse ano, cerca de 65% dos benefícios totais pagos ao "setor rural" da previdência no Brasil.[2]

A amostragem de domicílios foi extraída do *Cadastro de Nomes e Endereços* do INSS, do qual foram selecionados todos os titulares de "benefícios de duração continuada" (aposentadorias, pensões, rendas mensais vitalícias e amparos previdenciários) presentes no mês de março de 1998 relativamente ao "público rural". Esse cadastro, discriminado por município, foi objeto de uma primeira seleção, em que foram aleatoriamente escolhidos 300 municípios nas duas macrorregiões e, dentro de cada município, 20 domicílios, observando-se para cada região uma mesorregionalização que dividiu o espaço regional em três mesorregiões.[3]

O setor S_1 compõe-se, por definição, de aposentados e pensionistas da previdência rural. Todas as suas interações com outros conceitos estatísticos do setor rural — como, por exemplo, o setor de domicílios rurais do IBGE, aqui chamado S_2 —, são informações resultantes da própria pesquisa de campo (por exemplo, metade

[2] A amostra de domicílios que construímos para essas duas regiões tem objetivos específicos de pesquisa social regional e somente acessoriamente é utilizada para estimar parâmetros nacionais, como foi o caso do estimador "benefícios/domicílios" que, obtido em ambas as regiões, foi extrapolado para o país como um todo.

[3] Para uma descrição detalhada do Plano Amostral da Pesquisa, ver Anexo 2. As amostras regionais de 3 mil domicílios (ou mesorregionais de 1 mil) são significantes do ponto de vista estatístico, no sentido de que a esperança matemática dos parâmetros amostrais [$E(p) = P + e$] é muito próxima dos parâmetros do universo contido no *Cadastro de Nomes e Endereços* da previdência. Isto posto, temos condições de definir, por inferência estatística, o tamanho do S_1 regional do Sul e do Nordeste e todas as suas características socioeconômicas, a partir dos resultados pesquisados na amostra domiciliar dos 6 mil domicílios inquiridos na pesquisa de campo.

dos entrevistados reside na zona rural do IBGE e praticamente metade dos segurados entrevistados revelou-se "responsável" por estabelecimento rural).

Do exposto, depreende-se que o conjunto "$S_1 \cap S_2$", em termos de localização dos domicílios, é uma inferência direta da pesquisa na região Sul. Por outro lado, o conjunto de domicílios rurais que, segundo a PNAD de 1997, não recebe quaisquer rendimentos de aposentadorias ou pensões, é aqui denominado setor "S_2 não S_1" e nos serve, respectivamente para as regiões Nordeste e Sul, como amostras de controle que aferem os níveis de renda domiciliar desse subconjunto (S_2 não S_1) comparativamente ao nosso setor de pesquisa direta, o S_1.

Em agosto/setembro de 1998, o nível de renda domiciliar médio do S_1 na região Sul era de R$ 551, enquanto o nível médio da renda domiciliar rural da PNAD (setembro de 1997) era de R$ 518,75 e o nível de renda de "S_2 não S_1" era de R$ 476,12 (setembro de 1997). Para a região Nordeste, os números são, respectivamente, S_1 = R$ 331, S_2 = R$ 275,37 e "S_2 não S_1" = R$ 243,80.

Esses dados de renda domiciliar evidenciam a diferença significativa que faz ter ou não ter acesso ao sistema de proteção previdenciária. O setor de domicílios sem acesso à previdência, seja no Sul ou no Nordeste, percebe um nível de renda domiciliar que apenas no caso do Sul situa-se acima da linha da pobreza, medida por uma renda domiciliar *per capita* mensal maior que 1/2 salário mínimo.

2.2 - O Debate Teórico do "Novo Rural": O que Há de Novo no Brasil

Há um debate teórico difuso que, para fins provisórios de identificação das problemáticas e correntes de pensamento envolvidas, chamaríamos de debate sobre o "novo rural" brasileiro [ver Abramovay (1999), Cardoso (1998), Graziano da Silva (1999) e Wanderley (1997)]. Nesse debate, comparecem vários autores e teorias que delimitam pelo menos três problemáticas interconectadas, a saber:

- A reconceituação do setor rural à luz dos novos aspectos demográficos e socioeconômicos da ruralidade.

- As novas funções do setor agrícola no processo de desenvolvimento, enfatizando-se novos aspectos da teoria do desenvolvimento.

- O enfoque no *território* e na *pluriatividade* como "novas" dimensões do setor rural.

Observe-se que com qualquer uma dessas três vertentes teóricas, poderíamos tentar explicar o setor de aposentados da previdência. Mas esta não seria uma explicação muito apropriada. Na verdade, nenhum desses aspectos recortados do debate teórico internacional sobre o "novo rural" pode ser transposto diretamente para a economia brasileira contemporânea, de modo a servir de teoria explicativa para o conjunto de mudanças que aqui ocorrem nesta década. A discussão teórica do "novo rural" aponta para importantes contribuições, que podem retomar no

Brasil uma apropriada ligação com as transformações recentes do nosso setor rural.
A reconceituação do "setor rural" [Wanderley (1997)], à luz da nova leitura da dicotomia rural-urbana [Cardoso (1998)], das novas funções e espaços da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo, com ênfase no papel do território [Abramovay (1999)] ou da pluriatividade e/ou das fontes de renda alternativas que as famílias rurais realizam [Graziano da Silva (1999)], trazem evidentes contribuições aos debates agrários e inovam a compreensão do espaço rural. Nesse sentido, ajudam-nos a compreender o espaço rural para além de sua restrita expressão empírica ou estatística, calcada nos critérios de "estabelecimentos agropecuários" e/ou de "domicílios rurais".

O espaço social dos aposentados e pensionistas da previdência rural, especialmente o construído a partir do avanço da política social para o âmbito do "regime de economia familiar", como mostramos no tópico anterior, é plenamente convergente com as novas leituras do setor rural "pós-modernização conservadora". Mas é necessário fazer algumas mediações para incluí-lo no enfoque do "novo rural" brasileiro.

Nesse sentido, devemos incorporar aspectos históricos concretos da evolução recente do nosso setor rural para compreendê-lo diversamente daquilo que vem sendo traduzido como "novo rural" brasileiro à luz do debate teórico europeu e norte-americano. Para tanto, vamos destacar dois aspectos profundamente diferenciadores do nosso "setor rural" que são afetados pelas mudanças da política social e agrária dos anos 90, e que se situam em campo diverso do debate teórico europeu e norte-americano.

Em primeiro lugar, o peso significativo, em termos demográficos, de um setor de subsistência na economia agrária brasileira é algo que tem raízes históricas na nossa formação econômica, calcada no escravismo e na grande propriedade, e que não foi eliminado com os processos de industrialização e modernização da agricultura desde o pós-guerra. Esse setor de subsistência, remanescente do período colonial, reforçou-se com o fim do escravismo e transportou-se ao século 20, praticamente sem transformações. Passou pela modernização do pós-guerra como fonte inesgotável de mão-de-obra barata para o setor urbano, e chegou aos anos 90, antes da desmontagem da política agrícola brasileira, correspondendo a cerca de metade da força de trabalho e/ou dos residentes do setor rural, segundo as medições feitas pelas PNADs. Nos anos 90, veremos que, por outras causalidades, esse setor de subsistência tende a se ampliar a partir da dinâmica excludente dos mercados, contraditada apenas pelas ações e movimentos da política social que adiante explicitaremos.

O segundo aspecto importante e diferenciador do setor rural brasileiro na atualidade é a estagnação ocorrida nos anos 90, diferentemente da dinâmica produtiva e ocupacional do sistema agroindustrial norte-americano ou do caráter socialmente muito mais homogêneo do setor rural europeu, protegido por sua política agrícola comum.

Nessa década, e especialmente no período 1995/99, o setor agrícola brasileiro revela indicadores múltiplos de reversão daquilo que fora nas duas décadas anteriores. Essa relativa decadência ocorre *pari passu* à desmontagem dos aparatos de política agrícola, presentes em pelo menos três subsistemas de política agrícola e comercial brasileira no pós-guerra, a saber:

a) nos regimes de intercâmbio de *commodities* e de garantia de preços, relativamente protegidos pelas políticas cambial, tarifária e de preços vigentes anteriormente;

b) nos sistemas de crédito rural e favores fiscais vigentes no antigo regime; e

c) no próprio mercado de terras, altamente valorizado.

O processo de liberalização comercial, a desmontagem da intervenção estatal e as condições especiais da estabilização monetária vigentes no período recente têm por contrapartida a queda acentuada das rendas agrícola e fundiária, a relativa estagnação do produto agrícola e uma redução mais que proporcional do emprego produtivo no setor agrícola e nas atividades conexas dos complexos agroindustriais [Delgado e Flores (1999)].

Isto posto, temos portanto duas condições diferenciadoras do setor rural brasileiro. Uma de caráter histórico-estrutural, ligada à heterogeneidade estrutural de sua economia, derivada da herança de um enorme setor de subsistência. A outra, manifesta nas condições históricas da atualidade, relacionada à perda de dinamismo econômico do setor rural nacional, sob as condições de convivência política que lhes foram impostas no contexto da liberalização econômica ao longo desta década. Essa dupla caracterização — alta heterogeneidade social e baixo dinamismo econômico — tem conseqüências teórico-interpretativas e prático-políticas da maior relevância para o debate atual acerca do "novo rural" brasileiro.

Por um lado, devemos alertar para a realidade nacional de uma economia e de um setor rural relativamente estagnados nesta década, que não têm o dinamismo pluriocupacional (rural ou urbano) que se lhe quer emprestar a partir de uma mimética interpretação do *agribusiness* e do mercado de trabalho norte-americanos. Na década de 90, no Brasil, não se criam novas ocupações, nem se inventam novos produtos e novos processos produtivos na velocidade e diversidade que apresenta um sistema econômico com alto grau de inovação técnica e mobilidade social. Ao contrário, ocorre uma desativação produtiva no país, com relativa estagnação dos complexos agroindustriais, queda do emprego e da produção, antes minimamente protegidos no regime da "modernização conservadora".

Por outro lado, o que cresce nessa situação de crise é o "setor de subsistência" e as formas relativamente integradas da "agricultura familiar" mais resistentes aos efeitos da queda nas taxas de crescimento das rendas agrícolas e do trabalho. Nesse contexto histórico, uma política social que viabiliza a inclusão de amplos segmentos da economia familiar e, em particular, o próprio setor de subsistência

da economia rural, sob a salvaguarda do seguro social, na forma de um seguro de renda mínima para idosos e inválidos, é efetivamente um fato novo no espaço rural brasileiro.

Sendo portanto política, e não de caráter mercantil, a origem da mudança recente mais importante do setor rural brasileiro nesta década, dependerá da continuidade e aprofundamento da política de proteção social aos segmentos sociais típicos do regime de economia familiar — incluindo aí o amplo setor de subsistência do mundo rural — a possibilidade de alterar qualitativamente o próprio perfil socioeconômico do setor rural.

Se aceitarmos a tese positiva de que o que há de efetivamente mais importante em termos de contribuição à renda e à subsistência das famílias rurais pobres no Brasil é a sua inclusão no setor de aposentadorias e pensões, teremos vencido a barreira da incredulidade com uma hipótese de impacto efetivo de política social, corroborável por um amplo conjunto de indicadores que apresentamos neste e em outros textos recém-elaborados [Delgado *et alii* (1999*a* e 1999*b*)].

Há algo além do impacto de efetividade nesse setor de aposentados e pensionistas rurais. Que lições significativas poderíamos tirar de uma avaliação de eficácia desse seguro social sobre o seu público-alvo? Seria ele apenas um mecanismo de renda compensatória, ou esse sistema estaria afetando profundamente as condições de reprodução da economia familiar a partir de um movimento inverso ao da economia de mercado, qual seja, o da transformação da economia de subsistência em economia familiar produtiva e excedentária?

Essa segunda tese pressupõe efeitos transformadores, provocados pelo seguro social da previdência rural, que vão além dos objetivos geralmente declarados e aceitos da política social. A revitalização da agricultura familiar observada nos resultados da pesquisa não é um resultado completamente inesperado, haja vista a inclusão do regime de economia familiar no público-alvo do regime especial da previdência rural (art. 195, § 8º da Constituição Federal). Contudo, o que há de novo na situação é a permanência, na metade dos domicílios pesquisados, de estabelecimentos agropecuários em produção, compondo a estratégia de reprodução econômica desses domicílios e tendo, em geral, o aposentado como responsável, na condição de chefe de domicílio (o beneficiário ou seu cônjuge são chefes de domicílio em 84% das situações pesquisadas).

Nesse campo, há que considerar o aspecto altamente significativo da magnitude da combinação da figura do aposentado com a de responsável por estabelecimento rural em produção, que é de 48% na amostra Sul. Esse resultado, se extrapolado para o país em seu conjunto, configuraria um segmento social muito vasto, de aproximadamente 2 milhões de estabelecimentos agropecuários, que estariam recebendo o seguro previdenciário da aposentadoria ou pensão e convertendo-o de várias formas numa espécie de seguro de renda agrícola.

Essa conversão do seguro previdenciário em seguro agrícola é efetivamente um resultado inesperado, porque introduz um elemento novo na política previ-

denciária: o seu impacto sobre a produção agrícola do numeroso setor de agricultura familiar de todo o país. Essa informação é da maior relevância porque significa a conversão do seguro previdenciário no principal instrumento de suporte da política agrária para a agricultura familiar, e até mesmo para o vasto segmento de agricultura de subsistência, forte mas não exclusivamente presente no semi-árido brasileiro. Esse mecanismo de proteção propicia a formação de um pequeno excedente na renda dos domicílios componentes do S_1 (setor de aposentados e pensionistas rurais), que é praticamente reinvestido na própria atividade produtiva familiar, criando condições para uma "reprodução ampliada" dessa economia familiar, tal qual procuramos demonstrar na Seção 4.

3 - OBJETIVOS E REFERENCIAL METODOLÓGICO DA PESQUISA DE CAMPO

A pergunta seminal, que orientou toda a construção da pesquisa domiciliar, era: que papéis desempenharia o seguro previdenciário rural sobre as condições de sustentação e reprodução da economia familiar contemplada?

Essa pergunta era precedida por uma abundante evidência empírica, já demonstrada na seção anterior, sobre a relevância macrossocial do seguro previdenciário. Nesta nova etapa da pesquisa, teríamos então de responder àquela indagação central, o que na verdade implica avaliar os efeitos da política social sobre o seu público-alvo. Na linha institucional de pesquisa que caracteriza o IPEA, tal tarefa assumiria a característica de uma avaliação de impactos socioeconômicos, tendo em vista os resultados da reforma previdenciária constitucional de 1988.

3.1 - A Unidade de Análise e as Variáveis Relevantes

A pesquisa apresenta questões que precisam ser justificadas sob a ótica de sua relevância e equacionadas com rigor, sob o prisma do método científico. A justificativa de uma segunda fase deste projeto se encontra nos resultados da pré-avaliação realizada na primeira fase. Observe-se que naquele trabalho [Delgado (1997)], elegemos os impactos da reforma constitucional de 1988 sobre a população-alvo da previdência rural, tendo os resultados sido avaliados sob quatro enfoques:

- dos seus efeitos sobre a renda familiar dos beneficiários;
- de sua efetividade, medida pelo grau de cobertura demográfica, aferida pelo acesso de beneficiários relativamente à população potencialmente beneficiária;
- dos seus efeitos sobre a migração da população assistida; e
- dos seus efeitos sobre a despesa e a receita orçamentária com os segurados do sistema.

Para aferir os impactos da reforma previdenciária por meio das diferentes hipóteses de pesquisa, indiretamente refletidas nos indicadores supramencionados, trabalhamos basicamente com duas bases de dados secundárias independentes: as fontes de registros administrativos divulgados pelo AEPS (1991 a 1995), e os dados demográficos e socioeconômicos do censo demográfico de 1991 e das PNADs de 1992, 1993 e 1995.

Os dados utilizados naquela pré-avaliação, bem como as novas fontes empíricas que vieram a ser produzidas ou reproduzidas posteriormente pelo IBGE, como por exemplo a pesquisa sobre padrões de vida: 1996 — 1997, o censo agropecuário de 1996 e a contagem demográfica de 1996, contêm algumas limitações conceituais oriundas das perguntas iniciais dos questionários de cada uma dessas pesquisas que em grande medida as tornam insuficientes para aferir empiricamente os impactos de política previdenciária setorial, objeto de avaliação deste projeto.

O primeiro grande limite dos questionários da PNAD, do censo demográfico e da pesquisa de padrões de vida do IBGE é o fato de não permitirem identificar os beneficiários da previdência rural nas suas perguntas genéricas sobre rendimentos ou contribuição aos sistemas de aposentadoria ou pensão de instituto de previdência pública. A generalidade das perguntas dessas fontes sobre os beneficiários da previdência social impossibilita isolar o público-alvo de nossa pesquisa.

O segundo limite dessas fontes empíricas é o conceito de “rural”, que se refere aos “domicílios” (censo demográfico e PNAD) ou aos “estabelecimentos” (censo agropecuário). Esses conceitos, distintos entre si, não são compatíveis com o conceito estatístico de “beneficiário rural” do AEPS.

As limitações das bases de dados preexistentes geraram um sério problema de compatibilidade cruzada dos dados. De um lado, temos os dados do AEPS, desagregado até o nível do estado (ou município, conforme uso de tabulações especiais), segundo os conceitos “rural” e “urbano”. E de outro, temos outros conceitos de “rural” e “urbano” para os censos e PNADs, esta última sem municipalização. Isto posto, os efeitos econômicos, demográficos, migratórios ou financeiros da reforma da previdência, referidos aos segurados ou beneficiários da previdência rural, ficam de certa forma indeterminados quando se cruzam benefícios ou beneficiários rurais do AEPS com dados de renda, migração demográfica etc. das fontes do IBGE.

Para uma solução provisória e bastante agregada dos indicadores de impacto da previdência social rural sobre o público-alvo atual (os beneficiários que ingressaram no sistema) ou potencial (os potenciais beneficiários), trabalhamos com os dados disponíveis, cruzando, por exemplo, pagamentos mensais da previdência rural com o conceito de “renda rural” ou “renda familiar rural” da PNAD, correspondente às unidades domiciliares residentes no espaço rural.

Ora, esse corte estatístico compulsório é claramente insuficiente e até mesmo contraditório ao exercício dos testes de hipóteses pretendidos. Se o propósito da

pesquisa é avaliar os impactos dos benefícios previdenciários sobre as condições de reprodução da economia familiar, não se pode *a priori* restringi-la ao espaço rural tradicional, visto esses impactos provavelmente estarem redefinindo a renda, a residência, a ocupação e, por decorrência, as condições de inserção dos beneficiários em um outro espaço demográfico e econômico, a ser definido.

Para prosseguir e aprofundar a avaliação dos impactos socioeconômicos da previdência rural, defrontamo-nos com dificuldades conceituais, metodológicas e de técnicas de pesquisa distintas daquelas adotadas na primeira fase. Neste contexto, era muito relevante definir dois passos metodológicos seminais: conceituar com rigor o público-alvo da avaliação e estabelecer os limites e critérios da mesma. Essa discussão lógico-metodológica, confrontada com as limitações empíricas já apontadas na primeira fase, conduziu-nos à necessidade de inquirir diretamente o público-alvo de nossa pesquisa sobre o conjunto das condições (hipóteses) que estávamos propondo à avaliação.

Nesse sentido, a "unidade familiar definida pelo critério de domicílio", no qual reside um ou mais beneficiários da previdência social rural, tornou-se a unidade de análise central da pesquisa. Isoladamente, o indivíduo beneficiário também seria considerado na análise, mas a prioridade da pesquisa é avaliar os efeitos e a efetividade da reforma previdenciária sobre a unidade domiciliar, e apenas secundariamente sobre o indivíduo.

A escolha dessa unidade de análise exclui, por definição, as famílias rurais e urbanas nas quais nenhum de seus membros receba benefícios previdenciários. Para esse segundo grupo não seria apropriado avaliar os efeitos e a efetividade da reforma previdenciária. Por outro lado, a escolha desse universo de beneficiários apresenta um certo viés original com respeito à medição dos indicadores de efetividade. Teoricamente, a melhor unidade de análise deveria ser o grupo de famílias legalmente credoras de direitos de aposentadorias e pensões rurais, no interior do qual pudéssemos delimitar e avaliar, separadamente, os domicílios "com e sem acesso aos benefícios" do sistema.

Esse caminho se revelou pragmaticamente inviável, em razão da dificuldade operacional de isolar essa população. Por sua vez, o questionamento das pessoas com e sem acesso aos benefícios do sistema não requer obrigatoriamente duas amostras e dois questionários independentes, que de resto encareceriam enormemente a pesquisa.

A amostra de controle dos domicílios sem acesso aos benefícios da previdência social pode muito bem ser uma amostra regional de outras pesquisas centradas na zona rural, como por exemplo as PNADs dos anos 90, que possui questões idênticas, ou quase idênticas, sobre rendimentos domiciliares, ocupação da população domiciliada, características dos domicílios etc. variáveis estas que podem ser confrontadas com os resultados de nosso inquérito restrito ao setor de aposentados e pensionistas rurais.

Além disso, nesse setor de aposentados e pensionistas rurais, inquirimos todas as pessoas em idade ativa e também o beneficiário, indagando sobre suas condições de vida, com e sem acesso ao sistema previdenciário. Este questionamento visa, em última instância, esclarecer os efeitos e a efetividade produzidos sobre a nossa unidade de análise, causados pelos vetores externos identificados. São esses os impactos que desejamos avaliar. Cumpre, portanto, explicitar o conjunto de relações de causalidade propostas, as variáveis envolvidas em cada uma delas e sua forma relacional, além de, finalmente, as conexões lógico-dedutivas que se podem extrair dessa rede de relações causais.

O modelo de avaliação que concebemos parte de um conjunto de quatro relações (hipóteses) principais e independentes, cada uma incorporando uma relação de causalidade influente sobre a nossa unidade de análise, que também poderia ser empiricamente descrita como a variável dependente do sistema. Essa mesma "variável dependente" comparece em quatro relações causais distintas, ora sendo explicada por "variáveis independentes" internas ao sistema de previdência rural — como por exemplo os benefícios previdenciários pagos ou o grau de universalização alcançado por esses benefícios — ou ainda em outras relações de causalidade que chamamos de "intervenientes". Nestas últimas, incluímos as relações externas à previdência social, como as diversidades regionais e as relações de cooperação e ajuda mútua entre famílias, que atuam como vetores independentes, de grande significação explicativa sobre a nossa variável dependente.

Observe-se que o empreendimento da pesquisa nesta segunda fase supera as limitações da etapa anterior (bases de dados, conceito de rural e unidades de análise restritivas), porque gera as "variáveis independentes, intervenientes e dependentes" de que faz uso. Ao mesmo tempo, essas variáveis adquirem novo sentido explicativo no contexto das relações causais que propusemos por meio das hipóteses de pesquisa.

3.2 - Principais Hipóteses de Pesquisa

Definida a unidade de análise, o passo metodológico subseqüente consistia em estabelecer um conjunto de asserções que expressassem as principais hipóteses de pesquisa a serem testadas. Essas, por sua vez, deveriam conter proposições cujos conteúdos se reportassem a uma dupla indagação: à pergunta central da pesquisa e aos teste de eficácia e efetividade referidos à unidade de análise que está sendo explicada.

Isso posto, tivemos de construir relações explicativas que nos expressassem sentidos de determinação entre "variáveis independentes e dependentes", e outras determinações que interviessem na explicação, mas que não estariam diretamente relacionadas à pergunta principal da pesquisa. Chamamos essas últimas de "relações intervenientes", pelo fato de refletirem transformações em nossa variável dependente, sem ligação com os impactos da reforma previdenciária, objeto de avaliação. Finalmente, temos as "variáveis antecedentes" que figuram

como dados de realidade relevantes, mas não são introduzidas explicitamente na pesquisa.

Por simplicidade expositiva, expressamos essas relações causais mediante sentenças simples (com um único verbo) e independentes. Em momento expositivo posterior, essa construção sintática torna-se mais complexa, com períodos compostos por sentenças coordenadas ou subordinadas, em que se explicitam relações mais completas, derivadas das relações principais ou a elas associadas.

A pesquisa escolheu *a priori* um subconjunto de quatro hipóteses para pôr à prova, que corresponde às principais proposições a serem avaliadas. Essas hipóteses expressam tentativas de resposta às várias dimensões do problema central da pesquisa, ou seja, o papel que desempenha o seguro universal da previdência rural na reprodução da economia familiar de distintas regiões do país, além de relações intervenientes paralelas.

As relações ou principais hipóteses de pesquisa estão a seguir explicitadas:

1. Os benefícios previdenciários rurais de caráter permanente *asseguram/ contribuem* para a reprodução econômica da unidade familiar beneficiária.

2. Os princípios constitucionais e práticas institucionais correspondentes *contemplam* o seguro social universal para idosos e inválidos (de ambos os sexos).

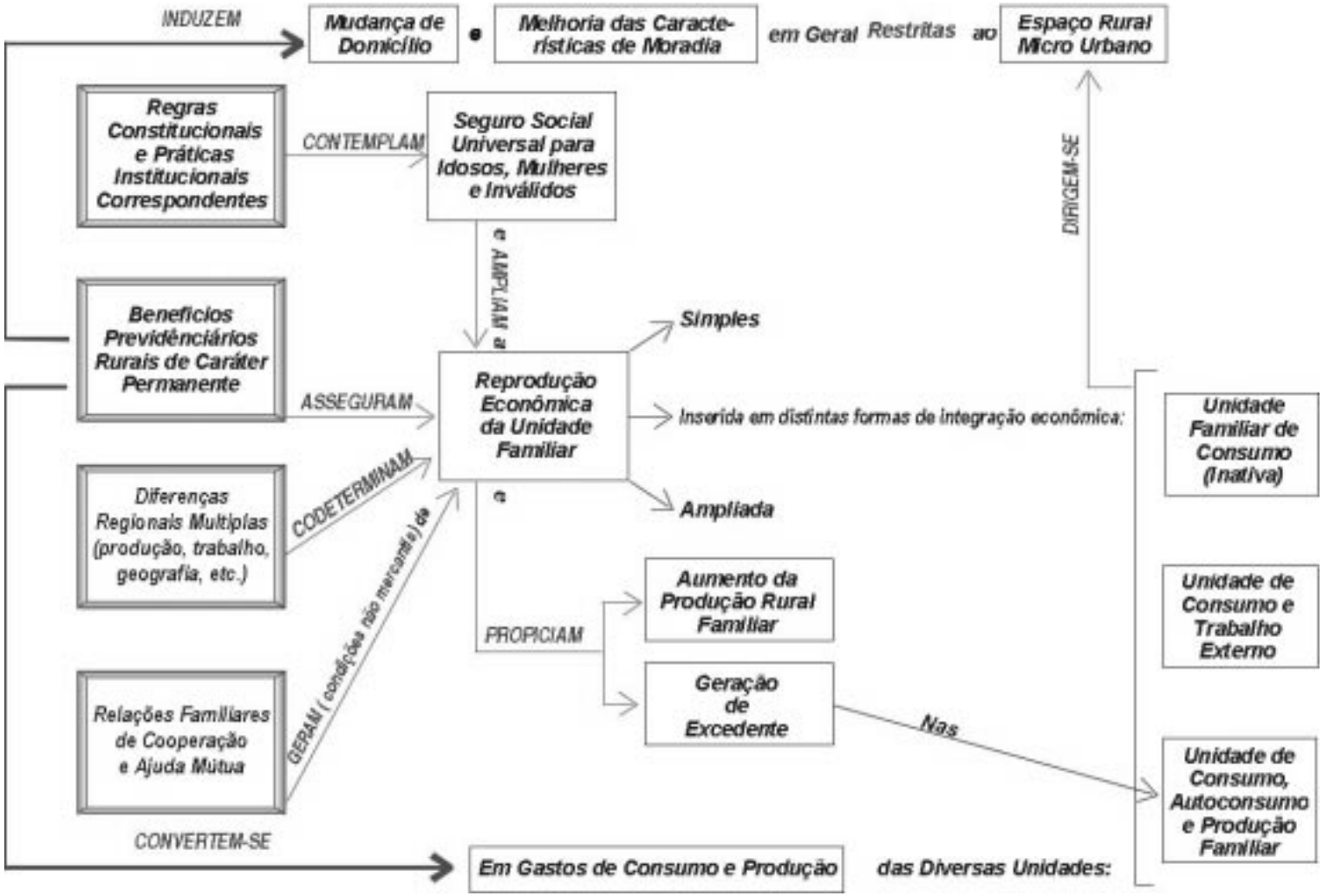
3. As diferenças regionais múltiplas *codeterminam* a reprodução econômica da unidade familiar.

4. As relações intra e interdomiciliares de cooperação e ajuda mútua *proporcionam condições* não-mercantis de reprodução da economia familiar.

Essas relações de determinação, independentes entre si, estão expressas em nível de abstração e simplicidade que ainda não permitem abranger o conjunto mais amplo das relações derivadas, suscetíveis de responder com maior propriedade à pergunta-chave da pesquisa. Para responder logicamente essa exigência de adequação, dois passos metodológicos são necessários: complementar a teia de relações que se agregam ou se subordinam às hipóteses principais, conferindo a esse sistema um sentido de determinação e avaliação adequado aos objetivos da pesquisa; e proceder à mediação das hipóteses de pesquisa e dos testes empíricos de decisão.

Essa última tarefa foi explicitamente assumida no plano de tabulação [ver Delgado *et alii* (1999*a*)], enquanto a formulação mais complexa do sistema de hipóteses está expressa no fluxograma das hipóteses de pesquisa que desenhamos a seguir.

PRINCIPAIS HIPÓTESES DE PESQUISA: INTERPRETAÇÃO



Essa nova formulação, presente no fluxograma, introduz, aditiva ou subordinadamente, sentenças complementares às hipóteses básicas, permitindo-nos inquirir mais profundamente as condições de reação ou de resposta da variável dependente (unidade familiar e/ou indivíduo beneficiário) às influências das variáveis independentes escolhidas. Assim, na primeira proposição, que em verdade é um teste de eficácia, temos:

1. Os benefícios previdenciários de caráter permanente *asseguram/contribuem* a reprodução econômica da unidade familiar.

Essa sentença simples, como se vê no fluxograma, é complementada por duas qualificações:

a) os complementos nominais "simples" e "ampliado" que caracterizam conceitual e distintamente a reprodução econômica; e

b) a oração subordinada de particípio: "inserida em distintas formas de integração econômica: unidade familiar de consumo (inativa); unidade de consumo e trabalho externo, unidade de produção, consumo e autoconsumo."

Essa última oração integra a unidade de análise em um conjunto alternativo de relações econômicas (inatividade exclusiva, trabalho remunerado e produção direta), que nos permite a construção de uma tipologia relevante e mediadora de novas relações socioeconômicas.

Ainda nessa primeira sentença simples, pode-se aduzir uma oração independente: "e propiciam a geração de produção rural familiar, que, uma vez verificada, caracteriza uma importante forma de inserção na chamada agricultura familiar" (unidade de produção familiar de consumo e autoconsumo).

A segunda hipótese básica contém um teste de efetividade, que em seguida torna-se complexo, e assumindo também o caráter de teste de eficácia.

2. Os princípios constitucionais e as práticas institucionais correspondentes *contemplam* o seguro social universal para idosos e inválidos (de ambos os sexos) e ampliam a reprodução econômica da unidade familiar.

Essa segunda relação, diferentemente da primeira, propõe um teste de efetividade do modelo de universalização previdenciária posto em prática a partir 1992, fundamentado na Constituição (arts. 194, parágrafo único; 201, parágrafo 5º; 202, inciso 1º), e regulamentado pelas Leis de Custeio e Benefícios da Previdência (Leis 8.212 e 8.213, de 1991). Uma vez contemplado, parcial ou totalmente, ou negado o acesso aos direitos sociais em consideração, há conseqüências correspondentes para a reprodução econômica dessa mesma unidade familiar.

As hipóteses 1 e 2, conquanto assemelhadas, são independentes em suas proposições originais e tratam de distintas relações causais associadas ao sistema de previdência social. No primeiro caso, é testada a significação do seguro social

para as condições de vida da família. No segundo, as condições de acesso, efetividade, dificuldade e desfrute desse benefício no conjunto da unidade familiar é que estão sendo testadas.

Por outro lado, há um outro conjunto de proposições que intervém na reprodução da economia familiar desse público-alvo (famílias beneficiárias), mas que independe das relações causais oriundas do sistema previdenciário. Nesse sentido, essas determinações captam as seguintes relações:

3. As diferenças regionais múltiplas *codeterminam* a reprodução da economia familiar rural.

4. As relações intra e interfamiliares de cooperação e ajuda mútua *proporcionam* condições não-mercantis de reprodução da economia familiar.

Metodologicamente, as hipóteses 3 e 4 são introduzidas na pesquisa de maneira distinta.

As diferenças regionais múltiplas a que fazemos referência relacionam-se às distintas características socioeconômicas e edafoclimáticas que configuram uma regionalização prévia da pesquisa (ver Anexo 1). Essa, ao eleger três mesorregiões independentes dentro de cada macrorregião analisada, focalizou implicitamente as distintas características da unidade de análise — a unidade familiar beneficiária, demarcada pelos fatores de espacialidade regional e pelo caráter de inserção da família na economia rural dessa mesorregião. O modelo de regionalização utilizado no Plano Amostral (ver Anexo 2) e os conceitos de região adotados, explicitam a incorporação das diferenças regionais nas hipóteses de pesquisa.

A hipótese 4 também contém uma outra relação interveniente, independente do sistema previdenciário. Trata-se aqui das relações de cooperação e ajuda mútua entre pessoas e famílias pesquisadas, explicando extramercado a reprodução parcial da economia familiar. Neste contexto, essas relações gratuitas, de difícil mensuração quantitativa, são cruciais para explicar as condições peculiares de sobrevivência das famílias pesquisadas, aparentemente incompatíveis com seus rendimentos monetários. Em particular, o autoconsumo de produtos rurais é destacado nessa abordagem.

Observe-se que a partir da construção dessas quatro hipóteses primárias pode-se ramificar vários subconjuntos de hipóteses secundárias, à semelhança daquilo que desenhamos no fluxograma. O conjunto dessas relações abre-nos variados caminhos de interpretação da unidade de análise, ampliando os objetivos de avaliação a novos fatores causais ou a conexões desses fatores causais que nos ajudem a entender a dinâmica da reprodução da economia familiar. A interpretação lógico-dedutiva desse conjunto de relações empiricamente testáveis permite-nos uma gama de conclusões singulares e respostas consistentes às perguntas básicas elencadas na pesquisa.

4 - IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL: AVALIAÇÃO COM BASE NOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Uma vez exposto o roteiro teórico-metodológico seguido na pesquisa de campo, é possível passar à apresentação detalhada dos principais resultados já consolidados para a região Sul do Brasil.

Para tanto, esta seção está organizada da seguinte maneira. Inicialmente, apresentamos uma caracterização geral do público beneficiário da previdência rural. Em seguida, passamos à demonstração das condições de efetividade e eficácia deste sistema, bem como das condições familiares de reprodução econômica. Ambos os aspectos são considerados como os eixos centrais de resultados da pesquisa de campo. Por fim, avaliamos uma terceira hipótese importante, de natureza interveniente, relacionada à contribuição das relações intra e interdomiciliares de cooperação e ajuda mútua na composição das estratégias de sustentação das famílias contempladas com o seguro previdenciário rural.

4.1 - Caracterização Geral da População Beneficiária

As questões iniciais da pesquisa de campo buscaram identificar as características gerais dos beneficiários da previdência rural, o que nos permitiu traçar um perfil demográfico e socioeconômico bastante interessante desse público.

Um conjunto inicial relevante de informações pode ser visto na Tabela 2, que resume dados como local de moradia e sexo dos beneficiários.

Tabela 2
Perfil dos Beneficiários da Previdência Rural na Região Sul

(Em %)

Características Investigadas	Sim	Não	Urbana	Rural	Sede Municipal	Outros	Moradia Isolada	Outros	Masculino	Feminino
Entrevistado é o Próprio Beneficiário	86,9	13,1								
Endereço é o Mesmo do Cadastro	72,3	27,7								
Residência é na Zona Urbana ou Rural			51,0	49,0						
Se Zona Urbana					88,7	11,3				
Se Zona Rural							67,9	32,1		
Sexo do Beneficiário									36,8	63,2

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

O beneficiário da previdência rural foi o entrevistado de nossa pesquisa em 87% dos domicílios pesquisados na região Sul, sendo de apenas 13% a proporção das residências em que, por qualquer tipo de impedimento, o questionário teve de ser respondido por outra pessoa da casa (3,5% cônjuge, 5,7% filho ou filha e 3,5% parente ou afim).

Nesta pesquisa, que se utilizou de uma listagem de nomes e endereços colhidos aleatoriamente do *Cadastro de Nomes e Endereços* dos beneficiários da previdência rural, para cada município também aleatoriamente selecionado, conseguiu-se encontrar o domicílio e o beneficiário cadastrado em 72,3% da amostra, sendo portanto de 27,7% o número de substituições procedidas *in loco* por absoluta incorreção dos dados.[4]

O endereço residencial dos entrevistados selecionados revela um equilíbrio meio a meio entre zona rural e zona urbana. Nesta, os beneficiários residem predominantemente na "sede municipal" (88,7%), enquanto na zona rural a residência caracterizada como "moradia isolada" é de 68%, sendo que cerca de 1/3 restante mora em "povoados ou aglomerados rurais" (28,9%) e 3,2% em "núcleos rurais".

A distribuição por sexo impressiona, num primeiro momento, ao revelar que cerca de 63% são mulheres, contra aproximadamente 37% de homens. Este resultado reflete, em grande medida, a vigência dos preceitos constitucionais de 1988, efetivados a partir de 1992, que estenderam a obtenção do seguro previdenciário rural às mulheres, antes praticamente alijadas deste direito.

A grande maioria de mulheres na amostra pesquisada pode ser parcialmente explicada pela idade mínima de entrada no sistema, que passou a ser de 55 anos para pessoas do sexo feminino, sendo de 60 anos para as do sexo masculino. Além disso, também não se pode esquecer de que, além de beneficiárias por direito da aposentadoria por idade, as mulheres ainda tendem a herdar mais que os homens os direitos da pensão por morte do cônjuge, outro fator que ajuda a explicar a relação aproximada de 2/3 de mulheres para 1/3 de homens na amostra selecionada.

A Tabela 3 explicita melhor este importante conjunto de informações demográficas, ao estabelecer a estrutura etária da população beneficiária da previdência rural, por sexo.

De fato, a estrutura da amostra reflete o peso das aposentadorias por idade recém-conquistadas. Os estratos de idade entre 55 e 59 anos para as mulheres e 60 e 69 anos para os homens correspondem juntos a mais da metade da população amostral.

[4] Para maiores detalhes sobre os procedimentos operacionais da pesquisa de campo, ver Delgado *et alii* (1999*a*).

Tabela 3

Estrutura Etária dos Beneficiários da Previdência Rural, segundo o Sexo, na Região Sul

(Em %)

Estrutura Etária	Total	Homens	Mulheres
Até 21 Anos	0,1	0,3	0,1
De 21 a 54	7,3	5,3	8,4
De 55 a 59	10,7	3,2	15,1
De 60 a 69	40,1	42,7	38,6
De 70 a 79	30,8	36,8	27,2
De 80 a 89	9,8	10,6	9,3
De 90 a 99	1,0	1,1	1,0
100 Anos ou +	0,2	0,0	0,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

Observe-se ainda que as mulheres com menos de 55 anos e os homens com menos de 60 teriam de ser pensionistas ou inválidos, correspondendo a menos de 10% da amostra em cada caso. Os muito jovens (pessoas com até 21 anos) são pouco expressivos nessa amostra, correspondendo no conjunto a apenas 0,1%. Esse fato denota a baixíssima significação das pensões por morte para menores de idade, mas pode também refletir uma relação muito baixa de dependentes menores na estrutura domiciliar.

No extremo oposto, as pessoas com mais de 70 anos, em sua grande maioria oriundas do antigo Funrural, correspondem a quase 50% no caso dos homens e a cerca de 40%, no das mulheres. As pessoas de idade mais avançada (com 80 anos e mais), que hoje representam 11% do total, deverão crescer proporcionalmente em razão do peso muito elevado do estrato imediatamente anterior (de 70 a 79 anos). Esse estrato "desproporcional" e o anterior (de 60 a 69 anos) refletem o *boom* de aposentadorias por idade ocorrido no período 1992/94, de cerca de cinco gerações represadas, com direitos recém-adquiridos, que ingressaram no sistema nesse período [Delgado (1997)].

Outro bloco de informações pertinentes se encontra na Tabela 4 e diz respeito ao estado civil ou conjugal dos beneficiários, pelo qual se nota uma dominância absoluta de pessoas casadas ou vivendo juntas em mais da metade dos casos. Esta situação é contrabalançada por pouco mais de 40% de pessoas viúvas, separadas, desquitadas ou divorciadas.

Com relação à escolaridade do público beneficiário, também presente na Tabela 4, constata-se uma situação educacional muito inferior à da média nacional atingida nos anos 90. Há uma presença muito grande de pessoas que jamais freqüentaram a escola (cerca de 40%), sendo igualmente elevado o percentual dos que não conseguiram concluir os primeiros quatro anos de estudo (43,5% do total). Juntos, esses dois estratos inferiores da distribuição educacional somam mais de 80% dos atuais beneficiários da previdência rural na região Sul do Brasil, numa situação que reflete, em grande medida, a origem pobre e rural do público investigado.

Tabela 4

Estado Civil ou Conjugal e Escolaridade dos Beneficiários da Previdência Rural na Região Sul

(Em %)

Estado Civil	Total	Escolaridade	Total
Casado	47,33	Não Freqüentou Escola	39,77
Solteiro	5,13	1ª à 4ª Série Incompleta	43,57
Viúvo	40,00	1ª à 4ª Série Completa	10,57
Divorciado/Desquitado	0,70	5ª à 8ª Série Incompleta	2,80
Separado	2,00	5ª à 8ª Série Completa	0,50
Juntos	4,70	Mobral	1,13
Cônjuge Desaparecido	0,10	2º Grau Técnico e Superior	1,66
Outros	0,04	Outros	0,0
Total	100,0		100,0

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

4.2 - Condições de Efetividade e Universalização do Sistema Previdenciário Rural

A pesquisa levada a campo no segundo semestre de 1998, na região Sul do Brasil, permitiu-nos investigar as condições de efetividade e universalização do seguro previdenciário rural dirigido a idosos (homens maiores de 60 anos e mulheres maiores de 55 anos) e inválidos. Observe-se que todos os indicadores de efetividade aqui calculados foram levantados no S_1 — setor de domicílios cadastrados pelo INSS (ver Gráficos 1 e 2).

A *efetividade* do sistema pôde ser aferida segundo três conjuntos de indicadores: "grau de cobertura", "grau de dificuldade" no acesso ao benefício e "grau de desfrute" do mesmo pelo beneficiário. Por sua vez, a *universalização* do sistema pôde ser medida pelo seu oposto, ou seja, pelo *grau de exclusão* de pessoas potencialmente aptas ao recebimento do benefício previdenciário.

Atendo-se primeiramente sobre as "condições de efetividade" do seguro previdenciário no meio rural, tem-se que o *grau de cobertura* pode ser medido com base em quatro critérios distintos:

a) a relação "beneficiários/população amostral total" aponta para uma taxa de cobertura da ordem de 47,6%, isto é, o percentual de pessoas residentes nos domicílios que são beneficiárias diretas da previdência social;

b) a relação "beneficiários por idade/população de idosos — em idade de aposentadoria — da amostra" revela uma taxa de cobertura de cerca de 85,2%;

c) a relação "benefícios/domicílios" revela uma taxa de cobertura de aproximadamente 1,78 benefício por domicílio pesquisado, que significa o número de benefícios pagos por residência pesquisada; e

d) a relação "benefícios/população beneficiária" mostra uma taxa de cobertura de cerca de 1,17 benefício por pessoa beneficiária, fato este explicado pela possibilidade de uma mesma pessoa acumular mais de um benefício, como, por exemplo, uma aposentadoria por idade e uma pensão por morte do cônjuge.

A efetividade do seguro previdenciário pode também ser aferida pelo *grau de dificuldade* no acesso ao benefício, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5
Grau de Dificuldade (GD) de Acesso ao Seguro Previdenciário na Região Sul
(Em % de Domicílios)

Grau de Dificuldade	Demora da Solicitação à Concessão	Problemas de Acesso ao Sistema	Necessidade de Ajuda para Solicitação	Distância até Posto de Recebimento	Freqüência na Ocorrência de Atrasos	GD Médio	GD Médio Acumulado
Muito Baixo	50,5	64,5	27,8	24,5	98,3	53,1	53,1
Baixo	21,2	23,8	65,0	27,7	0,7	27,7	80,8
Intermediário	15,8	8,7	6,7	17,6	0,1	9,8	90,6
Alto	10,7	3,0	0,4	30,3	0,3	8,9	99,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

O *grau de dificuldade* médio foi obtido pela ponderação simples das cinco variáveis que compuseram o indicador:

- a demora da solicitação do benefício até sua concessão, que revelou cerca de 71,7% de respostas domiciliares nos quesitos baixo e muito baixo graus de dificuldade; [5]

- os problemas de acesso ao sistema previdenciário, que demonstrou algo como 88,3% de domicílios com baixo ou muito baixo grau de dificuldade;[6]

- a necessidade de ajudas externas para encaminhar o pedido do benefício, que apontou cerca de 92,8% de domicílios com baixo ou muito baixo grau de dificuldade;[7]

[5] A demora foi considerada "muito baixa" para a faixa até três meses, "baixa" para a faixa entre três e seis meses, "intermediária" entre seis e 12 meses e "alta" para mais de 12 meses de espera.
[6] O grau de dificuldade "muito baixo" corresponde à ausência de problemas declarados para obtenção do benefício. O quesito "baixo" diz respeito à existência de um problema declarado, o "intermediário" a dois problemas e o "alto" a três problemas declarados.
[7] A inexistência de ajudas foi considerada como grau de dificuldade "muito baixo". A existência de uma ajuda foi considerada como grau de dificuldade "baixo", duas ajudas como dificuldade "intermediária" e três ajudas como "alta".

- a distância entre a residência e o local de recebimento do benefício, que logrou 52,2% de respostas para os quesitos baixo e muito baixo graus de dificuldade;[8] e
- a freqüência de atrasos no recebimento do benefício, que mostrou-se baixo ou muito baixo grau de dificuldade em nada menos que 99% dos domicílios investigados.[9]

O *grau de dificuldade* conjunto dessas cinco variáveis foi baixo ou muito baixo para aproximadamente 80,8% dos domicílios da região Sul do Brasil, o que representa um resultado bastante positivo do ponto de vista da gestão do sistema previdenciário voltado para o meio rural.

Por fim, as "condições de efetividade" ainda podem ser vistas por um terceiro conjunto de indicadores, que procuram medir o *grau de desfrute* do seguro previdenciário pelos respectivos beneficiários, como apresentado na Tabela 6.

A leitura dos indicadores da Tabela 6 permite mostrar que:

- a "regularidade" no recebimento do benefício é elevada para 98,8% dos domicílios;[10]
- a "pontualidade" na data de recebimento também é elevada em 99% das respostas;[11]
- a "proximidade" em relação ao local de recebimento implica um grau de desfrute muito baixo para cerca de 53% dos domicílios, sendo, ao contrário, alto para 47%;[12] e
- a "antiguidade" no recebimento do benefício, por fim, implica um grau de desfrute intermediário para 41,6% dos domicílios, alto para 35,5% e baixo ou muito baixo para 14,4% das respostas.[13]

O *grau de desfrute* geral, composto pela ponderação simples das quatro variáveis selecionadas, revela um indicador intermediário ou elevado para 80,5% dos domicílios e baixo ou muito baixo para 17,4%.

---

[8] Distância até 1 km foi classificada como dificuldade "muito baixa", entre 1 e 5 km, dificuldade "baixa", entre 5 e 10 km, "intermediária" e mais de 10 km dificuldade "alta".

[9] Dificuldade "muito baixa" para inexistência de atrasos, "baixa" para atrasos entre um e sete dias, "intermediária" para atrasos entre oito e 14 dias e dificuldade "alta" para atrasos superiores a 15 dias.

[10] Essa questão foi formulada para ter uma resposta dual, do tipo "sim" ou "não".

[11] Idem nota anterior.

[12] A proximidade foi considerada "muito baixa" sempre que a distância entre a residência do segurado e o local de recebimento do benefício esteve compreendida na faixa até 5 km. O quesito "baixo" foi correspondente à distância entre 5 e 10 km. Entre 10 e 20 km, considerou-se proximidade "intermediária" e para mais de 20 km proximidade "alta".

[13] Um grau de desfrute "muito baixo" foi identificado com uma antiguidade do recebimento do benefício de um ano até a data da realização da pesquisa. O quesito "baixo" para uma antiguidade entre um e dois anos, "intermediário" entre dois e sete anos e "alto" para uma antiguidade entre sete e 27 anos de recebimento do benefício.

Tabela 6

Grau de Desfrute (GDS) do Beneficiário na Região Sul

(Em % de Domicílios)

Grau de Desfrute	Regularidade no Recebimento	Pontualidade da Data	Proximidade do Local	Antiguidade do Recebimento	GDS Médio	GDS Médio Acumulado
Muito Baixo ou Negativo	1,2	1,0	53,0	2,0	14,3	14,3
Baixo	-	-	-	12,4	3,1	17,4
Intermediário	-	-	-	41,6	10,4	27,8
Alto ou Positivo	98,8	99,0	47,0	35,5	70,1	97,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

Pelo exposto, pode-se afirmar que são muito boas as "condições de efetividade" do seguro previdenciário rural atualmente, quando visto pelos resultados conjuntos, geralmente positivos, do *grau de cobertura* do sistema, *grau de dificuldade* no acesso ao benefício e *grau de desfrute* do mesmo pelos beneficiários.

Antes de encerrar este tópico, é importante verificar as "condições de universalização" do sistema previdenciário rural, por meio da *taxa de exclusão* das pessoas (idosas ou inválidas) potencialmente aptas ao recebimento dos benefícios.

Os dados da Tabela 7 mostram uma *taxa de exclusão* de idosos de 7,1%, sendo quase três vezes maior entre as mulheres. A taxa geral de exclusão entre os inválidos, no entanto, chega a 42,5%, na qual também se repete uma incidência maior de mulheres excluídas que homens — quase duas vezes mais.

Tabela 7

Taxas de Exclusão do Seguro Previdenciário na Região Sul

(Em %)

Sexo	Taxas de Exclusão[a]	
	Idosos	Inválidos
Homens	3,4	34,8
Mulheres	9,8	59,3
Total	7,1	42,5

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.
[a] A taxa de exclusão é calculada da seguinte maneira: pessoas excluídas (com direito ao benefício)/[pessoas beneficiárias + pessoas excluídas].
Obs.: A freqüência de homens e mulheres na amostra é, respectivamente, de 36,8% e 63,2%.

Com relação a esse aspecto, é importante observar que a pesquisa, ao ter se orientado pelo *Cadastro de Nomes e Endereços* dos beneficiários da previdência rural, deve estar subestimando as verdadeiras taxas de exclusão de idosos e inválidos do sistema. Ou seja, em que pesem os altos índices de universalização já

alcançados, principalmente junto aos idosos de ambos os sexos, o fato de haver, nos domicílios contemplados com pelo menos um benefício previdenciário, pessoas potencialmente aptas a também recebê-los, mas excluídas, torna as informações contidas na Tabela 7 muito valiosas para os gestores do sistema e estudiosos do assunto. Dentre as dificuldades comumente apontadas, destacaram-se as relativas à comprovação documental da idade, invalidez e exercício da atividade rural na fase adulta.

4.3 - Condições de Reprodução Econômica e Combate à Pobreza

Um dos principais objetivos da pesquisa de campo consistia em investigar o papel desempenhado pelo benefício previdenciário rural no conjunto de estratégias domiciliares para sua reprodução econômica. Como foi visto na Seção 3, o benefício rural cumpre não só a função precípua de seguro previdenciário, operando dentro do escopo original que orientou sua concepção, mas também atende de maneira fundamental, ainda que indiretamente, a uma função que muito se aproxima de um seguro agrícola, pois reprograma e alarga o potencial produtivo das unidades familiares.

Assim, com o intuito de explorar mais detidamente alguns dos aspectos envolvidos nesta questão, serão analisadas, respectivamente, a estrutura ocupacional e de rendimentos domiciliares, a estrutura de gastos domiciliares e, por fim, a estrutura do excedente econômico domiciliar.

4.3.1 - Estrutura dos rendimentos domiciliares e condições de inserção ocupacional

É possível observar, a partir da estrutura de rendimentos domiciliares expressa na Tabela 8, que o rendimento domiciliar mensal na região Sul era de aproximadamente R$ 552 — 4,24 salários mínimos (s.m.) — no segundo semestre de 1998. A maior contribuição à média provinha dos rendimentos domiciliares oriundos da ocupação principal, que somavam perto de R$ 287 (ou 2,21 s.m.), representando 52% da renda domiciliar total.

Na região Sul, o peso do benefício previdenciário na composição do orçamento domiciliar representa 41,5% do total, em média. A observação da Tabela 8, segundo a contribuição de cada um dos dois principais componentes da renda domiciliar por faixa de salário mínimo, permite comprovar uma situação em que o benefício previdenciário é tão mais importante na conformação da renda domiciliar quanto menores as faixas de rendimentos consideradas, ocorrendo o inverso com o rendimento proveniente da ocupação principal dos membros da família.

Em outras palavras, tem-se que o benefício previdenciário representa, no mínimo, 70% da renda domiciliar para as famílias situadas na faixa até 3 s.m. de renda total, pesando cerca de 30% para os domicílios que se situam nas faixas de renda mensal entre 5 e 10 s.m. Note-se que cerca de 56% dos domicílios pesquisados encontram-se na faixa até 3 s.m. Mas mesmo para os domicílios situados nas

faixas superiores de rendimentos, o benefício previdenciário continua sendo um componente bastante representativo da renda total, ao contrário da contribuição advinda dos rendimentos da ocupação principal, que somente passam a ser significativos para as famílias com rendimentos domiciliares acima de 3 s.m.

Tabela 8

Estrutura de Rendimentos dos Domicílios Pesquisados, segundo a Contribuição de cada Fonte à Renda Total, por Faixa de Salário Mínimo, na Região Sul

Faixa Salarial da Renda Domiciliar	% de Domicílios	% Acumulada	Benefício Previdenciário		Renda da Ocupação Principal		Total	
			Peso %	R$ por Domicílio	Peso %	R$ por Domicílio	Renda (s.m.)	R$ por Domicílio
De 0,01 a 1 s.m.	11,03	11,03	99,97	129,77	0,00	0,00	1,00	129,80
De 1,01 a 2	24,13	35,16	90,00	216,12	8,21	19,72	1,85	240,13
De 2,01 a 3	20,79	55,95	69,20	227,08	25,93	85,09	2,52	328,11
De 3,01 a 5	23,06	79,01	48,46	247,77	44,66	228,37	3,93	511,24
De 5,01 a 10	15,71	94,72	30,78	270,33	61,33	538,56	6,75	878,00
Mais de 10	5,28	100,00	10,27	302,74	81,70	2.407,56	22,67	2.946,81
Total	100,00	-	41,54	229,26	51,97	286,85	4,25	551,91

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

Essa é uma situação que pode, por si só, demonstrar a importância do benefício previdenciário nas condições de sustentação da renda domiciliar rural, cujo padrão de inserção ocupacional dos beneficiários e demais membros da família apenas reforça os argumentos até aqui elencados. Seja operando meramente como seguro de renda vitalícia, situação na qual o benefício responde por praticamente toda a renda domiciliar, ou servindo também como seguro agrícola, em que aparece como fundamental nas estratégias de ampliação da renda rural, ou meramente viabilizando a geração de uma renda extra de subsistência, cabe ressaltar a importância das relações existentes entre as unidades familiares beneficiárias da previdência rural e as atividades econômicas à sua volta.

Os dados presentes na Tabela 9 mostram que 48% dos domicílios da região Sul são responsáveis por estabelecimento rural ativo, sendo a agricultura a atividade predominante em 72,2% deles.[14] Particularmente significativo é o fato de 44,7% dos domicílios responsáveis por estabelecimento rural utilizarem a renda do benefício previdenciário na manutenção e custeio das suas atividades produtivas. Por outro lado, apenas 3,9% dos domicílios responsáveis por estabelecimento rural se declararam inativos, sendo que, destes, uma ínfima minoria está inativa

[14] É importante lembrar que cerca da metade dos domicílios pesquisados na região Sul encontra-se em áreas rurais tradicionais. A outra metade está situada em áreas urbanas. Dos 48% dos domicílios que afirmaram ser responsáveis por estabelecimento rural ativo, 81,2% destes estão localizados em áreas rurais da região Sul. Exatamente o oposto ocorre com os domicílios não responsáveis por estabelecimento rural, como era de se esperar, em que 80,8% deles estão localizados em áreas urbanas.

devido a problemas relacionados com a perda de rentabilidade econômica da atividade.[15]

Tabela 9

Relação dos Domicílios com a Atividade Econômica na Região Sul

(Em % de Domicílios)

A	Responsáveis por Estabelecimento Rural	
	Sim	Não
	48,0	52,0
B	Atividade Rural Predominante	
Agricultura	72,2	-
Agropecuária	16,3	-
Pecuária	4,6	-
Outras Atividades	3,0	-
Estabelecimentos Inativos	3,9	-
C	Utilização do Benefício na Atividade Rural	
	Sim	Não
	44,7	55,2
D	Formas de Utilização do Benefício	
Custeio da Atividade	98,8	-
Compra de Máquina e Equipamento	0,6	-
Outros	0,6	-

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

A situação mostrada na Tabela 9 evidencia um dos principais resultados da pesquisa empírica feita na região Sul do Brasil. Diz respeito à constatação de que, ao contrário do que se poderia imaginar inicialmente, as famílias beneficiadas com a percepção do seguro previdenciário, em sua maioria, não são inativas: desenvolvem estratégias múltiplas de sobrevivência que passam, no caso de praticamente todos os domicílios situados em áreas rurais, pelo exercício de atividades produtivas ligadas basicamente à agricultura e à agropecuária.

Embora não seja fácil dimensionar empiricamente a importância do seguro previdenciário na função explícita de seguro de renda agrícola, há indícios de que deva abranger efetivamente mais que os 44,7% de domicílios responsáveis por estabelecimento rural que declararam utilizar a renda previdenciária no custeio de atividades produtivas rurais.[16] Isto porque a função clássica do seguro agrícola, seja ele incidente sobre preços *ex-ante* ou sobre a produção, é a de minimizar ou

[15] Cabe destacar que os demais membros de domicílios inativos alegaram problemas de saúde e idade avançada como fatores responsáveis pela inatividade do estabelecimento.

[16] Este percentual diz respeito apenas ao conjunto de domicílios que se declararam responsáveis por estabelecimentos rurais. Ou seja, se aplicado ao total de domicílios pesquisados nas zonas rural e urbana, o percentual de domicílios que utilizam o benefício previdenciário no custeio de atividades rurais seria de quase 25%, devendo ficar claro que esta não é a conta mais correta, pois obviamente quem reside em áreas urbanas não pode se valer da renda previdenciária para custear atividades rurais.

desonerar o produtor dos altos riscos que inibem a atividade produtiva rural. Na prática, o seguro social previdenciário, quando associado à figura do responsável por estabelecimento rural, funciona como um seguro agrícola indireto, porque garante a subsistência familiar e até permite financiar sua pequena produção, ainda que não seja sucedâneo do seguro agrícola clássico.

Outro fator explicativo é que a renda previdenciária soma-se, em geral, a outras diversas fontes de renda do domicílio, como ajuda de amigos e parentes, juros e aluguéis, rendimentos da ocupação principal ou acessória etc. para compor a renda domiciliar total, sendo portanto muito precária a informação clara de que parte do benefício previdenciário realmente ajuda no custeio das atividades produtivas familiares. Por fim, a própria informação sobre a produção para o autoconsumo nem sempre é reconhecida (e daí, declarada) pelas famílias como atividade rural produtiva, ainda que tenha um caráter permanente e desempenhe uma função central no conjunto das estratégias de subsistência dos domicílios situados nas áreas rurais e microurbanas.

Assim sendo, não parece exagero afirmar que a *regularidade*, a *segurança* e a *liquidez monetária* que caracterizam os pagamentos previdenciários podem estar exercendo a importante função de ampliar as oportunidades e a recorrência de gastos com a manutenção de atividades voltadas seja para o autoconsumo familiar ou para a geração de pequenos excedentes comercializáveis. O ponto central que se quer destacar é que, a despeito do valor unitário reduzido do benefício previdenciário em termos absolutos (1 s.m. ao mês), ele parece desempenhar um papel expansivo significativo na sustentação das estratégias familiares de sobrevivência nas zonas rurais e microurbanas.[17]

Não por acaso, a agropecuária é o ramo de ocupação para 71,6% das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais residentes nos domicílios pesquisados, sendo de 72,5% o percentual de pessoas empregadas cuja ocupação principal é exercida em atividades agropecuárias e extrativas, como mostra a Tabela 10. Destas, destaque-se o fato de praticamente 60% delas trabalharem num regime autônomo, ocupados por conta própria.

Não obstante, os dados revelam uma situação ocupacional adversa no seio do universo pesquisado da região Sul. Trata-se de apontar para uma taxa de desocupação geral (pessoas sem ocupação/população em idade ativa: pessoas de 10 anos ou mais, incluindo os beneficiários da previdência rural) de 48,1% e uma taxa aproximada de desemprego (pessoas sem ocupação/população economicamente ativa: pessoas de 10 anos ou mais, excluindo os aposentados e pensionistas rurais inativos) de 33,4%.

Entre as pessoas ocupadas, que representam apenas um pouco mais da metade (51,9%) das pessoas de 10 anos ou mais residentes nos domicílios pesquisados, destacam-se os 27,5% que se ocupam em atividades não-agrárias ou urbanas, tais

[17] Não é demais lembrar que a amostra da região Sul apontou uma relação média de aproximadamente 1,78 benefício previdenciário por domicílio pesquisado.

como serviços domésticos, serviços pessoais diversos, comércio, indústrias diversas e construção civil. No que se poderia chamar de ocupações derivadas *stricto sensu* do "novo rural" brasileiro estariam atividades tais como agroindústria e artesanato rural, serviços de apoio ao setor rural como topógrafos, loteadores de terra, pesadores, balancistas, técnicos agrícolas, operadores de máquina, perfuradores de poços etc., envolvendo, no entanto, um percentual ainda bem pequeno de trabalhadores do universo pesquisado.

Tabela 10

Relação das Pessoas de 10 Anos ou mais com a Atividade Econômica, segundo o Ramo e a Ocupação Principal na Região Sul

Ramos de Ocupação	Número de Pessoas	%	Ocupação Principal	Número de Pessoas	%
Desocupação[a]	4.183	48,1	Atividade Agrícola, Pecuária,		
Desemprego[b]	2.266	33,4	Extrativismo Mineral e Vegetal	3.277	72,5
Ocupação[c]	4.517	51,9	Empregador	21	0,5
Agropecuária	3.232	71,6	Conta própria	2.655	58,8
Extrativismo e Floresta	31	0,7	Assalariado	601	13,3
Pesca	8	0,2	Ocupações Não-Agrárias ou Urbanas	1.240	27,5
Mineração	6	0,1	Agroindústria e Artesanato Rural	30	0,7
Subtotal	3.277	72,5	Construção Civil	113	2,5
Indústria	234	5,2	Outras Indústrias	145	3,2
Comércio	228	5,0	Comércio	170	3,8
Serviços	571	12,6	Serviços de Apoio ao Rural	49	1,1
Transporte	56	1,2	Serviços Pessoais Diversos e Administrativos	174	3,9
Construção Civil	109	2,4	Serviços Domésticos	245	5,4
Produção Doméstica	15	0,3	Serviços de Saúde, Educação e Segurança	77	1,7
Serviços Domésticos Domiciliares	11	0,2	Transporte, Hospedagem, Bares etc.	101	2,2
Outros	16	0,4	Outras Atividades	136	3,0
Subtotal	1.240	27,5	Subtotal	1.240	27,5
Total	8.700	100,0	Total	4.517	100,0

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

[a] *Desocupação = pessoas de 10 anos ou mais sem ocupação / pessoas em idade ativa, incluindo os beneficiários rurais.*

[b] *Desemprego = pessoas de 10 anos ou mais sem ocupação / pessoas economicamente ativas, excluindo os beneficiários inativos.*

[c] *Ocupação = pessoas de 10 anos ou mais empregadas numa ocupação principal, incluindo os beneficiários rurais.*

Ao nos determos sobre a situação ocupacional apenas dos beneficiários da previdência rural, nota-se, pela Tabela 11, que sua taxa de desocupação atinge 64% no geral, sendo mais elevada para as mulheres. Importa ressaltar que cerca de 50% dos beneficiários homens maiores de 60 anos continuam ativos, a despeito da aposentadoria formal, contra apenas 25% das beneficiárias na mesma situação. Interessante notar que nem todos estão trabalhando com remuneração, o que poderia ser parcialmente explicado pelo trabalho na produção para o próprio consumo.

Tabela 11

Beneficiários da Previdência, Homens Maiores de 60 Anos e Mulheres Maiores de 55 Anos, com e sem Ocupação na Região Sul

(Em %)

Situação Ocupacional	Beneficiários	Homens > 60	Mulheres > 55
Sem Ocupação	64,1	48,1	74,5
Com Ocupação	34,9	50,3	25,2
Remunerada	23,1	37,0	12,7
Não-Remunerada	11,8	13,3	12,4
Outros	1,0	1,6	0,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

Por fim, outra informação importante, apresentada na Tabela 12, diz respeito ao local de ocupação do conjunto de pessoas ocupadas de 10 anos ou mais, inclusive os beneficiários da previdência.

Tabela 12

Número de Pessoas de 10 anos ou mais, Residentes no Domicílio, segundo o Local de Ocupação na Região Sul

Local de Ocupação	Número de Pessoas	%
No Domicílio sem Local Exclusivo	61	1,4
No Domicílio com Local Exclusivo	82	1,8
Na Via Pública com Equipamento Pesado	29	0,6
Na Via Pública com Equipamento Leve ou sem	44	1,0
Empresa ou Firma	750	16,6
No Estabelecimento Rural	3.157	69,9
Em Casa do Cliente ou Patrão	336	7,4
Outros	58	1,3
Total	4.517	100,0

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

Embora cerca de 70% das pessoas ocupadas trabalharem em estabelecimento rural, não deixa de ser significativo o fato de algo como 27% estarem ocupadas fora, seja em vias públicas, empresas ou casas de clientes e patrões. Essa constatação reforça uma idéia que será retomada mais adiante, sobre a dominância de domicílios economicamente ativos, cujas estratégias de sobrevivência não se resumem ao autoconsumo ou produção rural excedente, mas também contemplam atividades de trabalho externo aos domicílios.

4.3.2 - Estrutura dos gastos domiciliares

O estudo das despesas domiciliares complementa a análise anterior dos rendimentos e ocupações e permite encaminhar, na próxima subseção, a discussão sobre o excedente econômico domiciliar como condição precípua ao combate à pobreza.

A Tabela 13 traz informações sobre as despesas médias por domicílio na amostra inquirida da região Sul (3 mil domicílios), com ênfase nas principais diferenças. Os gastos com consumo representam perto de 79% das despesas, incluindo-se aí os gastos com "alimentação e higiene" (36%), "transporte", "saúde", "educação", "vestuário e calçados", "habitação" — tarifas de água, luz e aluguel, "serviços pessoais" e "recreação".

Tabela 13

Despesas Médias Mensais por Domicílio e Contribuição Média de cada Item de Despesa na Despesa Total na Região Sul

Itens da Despesa	% de Domicílios em cada Item	Despesas por Domicílio em R$	Peso Médio de cada Item em %
A - Gastos de Consumo	100,0	269,39	78,9
1. Alimentos e Higiene	99,7	123,66	36,1
2. Transporte	51,4	34,71	5,2
3. Saúde	89,2	62,98	16,4
4. Educação	22,3	30,59	2,0
5. Vestuário e Calçados	83,4	25,74	6,2
6. Habitação (Água, Luz, Aluguel)	90,1	36,30	9,5
7. Serviços Pessoais	31,5	13,98	1,3
8. Recreação	25,7	25,88	1,9
B - Gastos de Produção	36,3	169,64	18,0
9. Custeio de Atividades Produtivas	36,0	166,78	17,6
10. Arrendamento de Terra	1,5	96,20	0,4
C - Outras Despesas	25,7	40,70	3,1
11. Ajuda a Amigos e Parentes	7,7	46,83	1,1
12. Utensílios Domésticos	16,9	31,62	1,6
13. Contribuição Sindical	1,4	8,58	0,0
14. Reforma do Domicílio	1,0	50,64	0,2
15. Plano Funerário	0,0	5,00	0,0
18. Dízimo	0,1	11,50	0,0
98. Outras	2,2	38,31	0,3
Total	100,0	341,25	100,0

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

Os gastos com produção, por sua vez, pesam 18% na estrutura de gastos domiciliares totais, o que revela o grande peso das especificidades regionais na delimitação das respectivas estratégias de sobrevivência e reprodução das unidades familiares. No componente outras despesas, que representa apenas 3% dos gastos totais, destacam-se os itens "ajuda financeira a amigos e parentes" e "compra de utensílios domésticos".

Com relação aos valores médios obtidos, nota-se que é de quase R$ 270 (2 s.m.) a importância gasta pelos domicílios da região Sul, em média, com itens de consumo. O item "alimentação e higiene" consumia quase integralmente o valor de 1 s.m. (R$ 130) por ocasião da pesquisa. Dos domicílios que declararam despesas com produção, obteve-se o valor médio de R$ 170 (1,3 s.m.).

4.3.3 - Combate à pobreza e tipificação das unidades domiciliares

A análise das subseções precedentes evidenciou algumas relações importantes entre o sistema da previdência rural e a economia familiar dos beneficiários, em que rendimentos, gastos e ocupações das pessoas residentes nos domicílios pesquisados são fortemente afetados. Essa mesma análise destacou duas outras estratégias econômicas das famílias beneficiárias: a exploração familiar de estabelecimentos agrícolas e a inserção no mercado de trabalho regional como formas associadas à condição de segurados, tendo em vista alcançar a reprodução familiar.

Nesta pesquisa, o excedente econômico foi definido como o excesso de renda monetária sobre os gastos de consumo, ambos apurados na unidade domiciliar. Por meio desse critério, constatamos na Tabela 14 que as situações de *déficit* foram minoritárias no universo amostral (9,2%), sendo que 90,8% dos domicílios apresentaram algum excedente.

Tabela 14
Distribuição dos Domicílios Pesquisados, segundo a Condição de Reprodução Econômica na Região Sul

(Em % de Domicílios)

Condição de Indigência Domiciliar	Condição de Pobreza sem Indigência	Condição de Reprodução Simples	Condição de Reprodução Ampliada	Total
Rt < Ga	Ga < Rt < Gc	Gc < Rt < Gt	Rt > Gt	
0,4	8,8	2,7	88,1	100,0

Fonte: Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural — Fase II.
Obs.: Rt = renda total; Ga = gastos com alimentação; Gc = gastos com itens totais de consumo; e Gt = gastos totais com consumo, produção e outras despesas.

Dos gastos de consumo levantados na amostra (alimentação, transporte, saúde, educação, vestuário e calçado, habitação, serviços pessoais e lazer), quando se isola o item “alimentação e material de higiene e limpeza”, constata-se que apenas 0,4% dos domicílios apresentam gastos nestes itens acima da renda monetária total. Isso definiria essa classe de domicílios como integrante do conjunto de “indigentes”. Simetricamente, temos os 99,6% de domicílios complementares da amostra que estão fora da chamada “linha endógena de indigência”, o que é um resultado muito importante do estudo, fortemente associado ao fato de que a amostra se situa no universo coberto pelo sistema previdenciário rural.

Nas situações de déficit da amostra (9,2%), observam-se algumas anomalias estatísticas que de certa forma explicam os resultados negativos. Alguns indicadores importantes — como por exemplo o “número de pessoas por domicílio”, o “peso da renda da ocupação principal na renda total” e o “número de benefícios por domicílio” — estão em desalinho com o padrão geral encontrado na amostra, revelando dificuldades objetivas para as famílias construírem estratégias econômicas adequadas à reprodução ampliada.

Ainda com relação ao grupo de domicílios situados abaixo da linha de pobreza, é bastante significativo o fato de aproximadamente 2/3 deles (67,5%) pertencerem a áreas urbanas, numa indicação indireta muito forte dos impactos derivados do benefício previdenciário no meio estritamente rural.

A Tabela 14 também revela, na última coluna, que a condição predominante é a de geração de um excedente geral, na qual todos os itens de despesas são cobertos com o somatório dos rendimentos domiciliares (renda do benefício previdenciário, renda proveniente da ocupação principal etc.). Essa situação acontece para 88,1% dos domicílios do chamado Setor 1, composto de aposentados e pensionistas na região Sul. Neste caso, há uma divisão entre os domicílios no que se refere ao local de residência — metade localizada em áreas rurais e metade em áreas urbanas.

Por outro lado, se em vez da "linha endógena", adotássemos uma "linha exógena de pobreza", ou seja, 1/2 salário mínimo *per capita*, a proporção dos domicílios abaixo dessa linha aumentaria para 14,3%, um pouco acima, portanto, da nossa linha endógena, que deixa 8,8% dos domicílios abaixo dela, lembrando que ela é fronteira entre domicílios com e sem excedente da renda sobre as despesas totais de consumo.

Observe-se que a "linha exógena" de 1/2 salário mínimo *per capita* se posiciona abaixo de 14,3% de domicílios do setor de aposentados e pensionistas rurais. Se recorrermos ao setor de domicílios, em que *não se encontram quaisquer pessoas aposentadas ou pensionistas*, os resultados são profundamente distintos, como se pode constatar pela Tabela 15, a partir de uma amostra de controle construída com dados da PNAD de 1997.

Tabela 15

Combate à Pobreza: Quadro Comparativo na Região Sul

(Em %)

	Com Acesso à Previdência Rural		Sem Acesso à Previdência Rural
	Linha Endógena de Pobreza[a]	Linha Exógena de Pobreza[b]	Linha Exógena de Pobreza[b]
Domicílios abaixo da Linha de Pobreza	9,2	14,3	38,6

Fontes: Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural — Fase II e PNAD de 1997.

[a] *A linha endógena de pobreza foi calculada com base no confronto "renda-gastos" dos domicílios pesquisados na região Sul do Brasil no segundo semestre de 1998.*

[b] *A linha exógena de pobreza foi tomada em termos de 1/2 s.m. domiciliar* per capita*, ao mês, ou cerca de R$ 65 por membro do domicílio.*

Observe-se que, aplicando o corte de 1/2 salário mínimo *per capita* numa estratificação de domicílios sem acesso às aposentadorias e pensões, deixamos abaixo dela perto de 38,6% dos domicílios da região Sul. Essa evidência estatística é muito forte não só para revelar o tamanho da pobreza no setor rural,

como também para destacar a diferença que faz as famílias terem ou não acesso ao sistema de proteção social da previdência rural.

Por outro lado, a produção de excedente (ou déficit zero) está associada a um conjunto de variáveis que convém aqui realçar:

a) os domicílios acessam mais de um benefício da previdência rural;

b) os domicílios estão associados a estabelecimentos produtivos, em geral agropecuários;

c) o tamanho médio das famílias não é muito superior à média amostral; e

d) os domicílios apresentam pessoas ocupadas no mercado de trabalho.

Examinadas inúmeras situações domiciliares, em que se combinam vários arranjos de consumo, produção e ocupação, é possível delinear uma tipologia de domicílios, na qual, de maneira mais freqüente, se verifica a ocorrência de superávit ou de déficit na relação "renda-gastos" domiciliares. A Tabela 16 sintetiza esse conjunto de situações.

Tabela 16
Classificação das Unidades Domiciliares da Região Sul

	Estabelecimento Rural	Trabalho Externo	Gastos com Produção	% de Domicílios	Autoconsumo Básico[a] (%)
Unidade Domiciliar de Consumo, Trabalho Externo e Produção Familiar Própria	Sim	Sim	Sim	46,8	92,1
Unidade Domiciliar Exclusivamente de Consumo	Não	Não	Não	28,0	10,1
Unidade Domiciliar de Consumo e Trabalho Externo	Não	Sim	Não	22,9	8,0
Unidade Domiciliar de Consumo e Produção Familiar Própria	Sim	Não	Sim	2,0	37,7
Total	-	-	-	100,0	-

Fonte: Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural — Fase II.
[a] *O autoconsumo básico mostra o percentual de cada tipologia de domicílios que produz algum tipo de gênero alimentar básico, ou seja, cereais e grãos, tubérculos, produtos de origem animal e açúcares. Não entram nessa classificação produtos considerados complementares, como mel, bebidas naturais, hortícolas e frutícolas.*

Uma primeira observação relevante é que a "unidade domiciliar exclusivamente de consumo" não representa o evento mais freqüente, como talvez pudesse se imaginar num primeiro momento, ao lembrar que a pesquisa trata de beneficiários do regime previdenciário rural, formados em sua maioria por homens de 60 anos ou mais e mulheres de 55 anos ou mais, formalmente aposentados e aparentemente inativos. Essa categoria representa 28% dos domicílios da região Sul, sendo interessante notar, adicionalmente, que apenas cerca de 10,5% deles

mantêm alguma atividade de autoconsumo agrícola. O local de residência desses domicílios está, em quase 80% dos casos, situado em áreas urbanas.

Por outro lado, a "unidade domiciliar de consumo, trabalho externo e produção familiar própria" constitui o evento de fato mais freqüente, justamente o mais ativo, à luz dos critérios selecionados. Ou seja, eles somam 46,8% dos domicílios, sendo importante registrar o alto índice desses domicílios que estão ligados a atividades de autoconsumo (cerca de 93%), como estratégia de sustentação, muitas vezes não-mercantil, e de diversificação e complementação das fontes de subsistência. Não por acaso estes domicílios se localizam em áreas rurais em 78% dos casos.

As duas últimas situações apontadas pela Tabela 16 — "unidade domiciliar de consumo e trabalho externo" e "unidade domiciliar de consumo e produção familiar própria" — são desdobramentos da situação dominante. Essas categorias representam, juntas, 24,9% do total de domicílios, sendo interessante assinalar que no primeiro caso, marcado pela presença de trabalho externo, é compreensivelmente reduzida a existência de autoconsumo, enquanto, por seu turno, no segundo caso, caracterizado pela produção familiar própria, o autoconsumo aparece como importante estratégia complementar de sustentação das famílias. No primeiro caso, predominam domicílios urbanos (86,5%), enquanto no segundo pesam mais os domicílios rurais (66,5%). Ressalte-se, por fim, que a produção familiar própria, como estratégia exclusiva de subsistência, é pouco relevante, abarcando tão-somente 2% do total de domicílios, mas é majoritária como estratégia pluriocupacional, na medida em que representa 46,8% dos domicílios da região Sul do Brasil.

4.4 - Relações Domiciliares de Cooperação e Ajuda Mútua

As informações contidas nos itens anteriores demonstram de maneira bem detalhada as condições vigentes no seio da economia familiar para sua reprodução econômica. No entanto, justamente por se circunscreverem apenas às relações aferidas monetariamente — mediante os quadros de rendimentos e gastos domiciliares —, elas não são capazes de explicar o conjunto de relações não-mercantis de cooperação e ajuda mútua que se instauram intra e interdomicílios e que contribuem, de modo não-desprezível, para a sustentação de parte das famílias.

As relações de cooperação e ajuda mútua tomam, então, a forma de um conjunto importante de hipóteses explicativas adicionais à corroboração das condições de reprodução econômica e social do universo pesquisado. As informações da Tabela 17 procuram dimensionar a extensão aproximada dessas relações entre os domicílios, segundo um amplo conjunto de atributos investigados.

Dos aspectos que sugerem ser os domicílios unidades promotoras de práticas relacionadas à cooperação, tem-se que cerca de 10% deles estão, em média, associados à existência de pessoas despossuídas de rendimentos monetários

próprios, ou a algum tipo de ajuda financeira externa, como gastos destinados ao auxílio de parentes e amigos.

Tabela 17

Extensão das Relações Domiciliares de Cooperação e Ajuda Mútua na Região Sul

(Em % de Domicílios)

	Características Investigadas	Sim	Não	Total
Aspectos que Sugerem Ser os Domicílios *Promotores* de Cooperação	1. Há Pessoas sem Rendimentos Monetários no Domicílio?	9,4	90,6	100,0
	2. A Família Ajudou Alguém Economicamente Fora do Domicílio?	10,1	89,9	100,0
	3. A Família Relatou Gastos Monetários na Ajuda a Parentes e Amigos?	7,7	92,3	100,0
Aspectos que Sugerem Ser os Domicílios *Receptores* de Cooperação	4. O Domicílio Recebeu Ajuda Financeira de Amigos ou Parentes?	4,9	95,1	100,0
	5. O Domicílio Recebeu Cesta Básica ou Doação de Bens de Consumo?	10,6	89,4	100,0
	6. O Domicílio Obteve Produtos Agropecuários para Autoconsumo?	50,2	49,8	100,0

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

O primeiro desses aspectos configura, na verdade, uma situação de dependência econômica intradomiciliar, segundo a qual o conjunto de membros com rendimentos monetários ou atividades ligadas ao autoconsumo está garantindo o sustento das pessoas residentes no domicílio que não possuem rendimentos monetários próprios.

Do reduzido percentual de domicílios que declararam gastos monetários na ajuda a amigos e parentes, já foi visto, pela estrutura de despesas domiciliares contida na Tabela 13, que este item representa tão-somente 1,1% dos gastos totais, ou cerca de R$ 46 mensais, em média, por domicílio.

Os últimos três aspectos selecionados na Tabela 17 procuram mostrar as condições de existência de domicílios receptores de práticas de cooperação. Embora seja de apenas 5% o percentual de domicílios que declararam receber ajuda financeira externa, e de apenas 10% o percentual declarado de domicílios que receberam ajuda institucional em espécie (cestas básicas ou outros bens de consumo), parece ter havido, em 50% dos domicílios, a obtenção de produtos diversos para autoconsumo, provenientes de estabelecimentos rurais próprios ou de terceiros.

O percentual bastante reduzido das ajudas financeiras vindas de fora do domicílio pode ser parcialmente explicado pelo caráter espontâneo e irregular dessas doações monetárias, situadas num ambiente de fragilidade econômica no qual parecem viver tanto as famílias promotoras quanto as receptoras de cooperação. Por sua vez, a baixa incidência de ajuda institucional pode estar ligada às

diretrizes recentes dos programas públicos focalizados, os quais procuram evitar a duplicidade das contribuições. Ou seja, se membros de um certo domicílio já recebem aposentadorias ou pensões, tendem a ficar de fora dos programas de distribuição de cestas básicas de responsabilidade governamental.

Assim, o que parece realmente configurar práticas de cooperação entre os domicílios da região Sul é a obtenção de produtos para autoconsumo familiar. Como visto na Tabela 16, esta situação é particularmente importante para mais de 90% das unidades domiciliares ativas, em que a produção familiar própria integra um conjunto mais amplo de estratégias de sustentação e reprodução econômica e social.

A provisão de produtos de autoconsumo básico, a inexistência de pessoas sem rendimentos monetários próprios e a presença do beneficiário (ou seu cônjuge) como chefe de domicílio, são elementos que, juntos, garantem uma certa autonomia mínima aos domicílios nessas condições, tal qual procura atestar o índice construído na Tabela 18.

Tabela 18

Grau de Autonomia Domiciliar (GAD) na Região Sul

(Em % de Domicílios)

Graus de Autonomia	Chefe do Domicílio		Pessoas sem Rendimentos		Autoconsumo Agrícola		GAD Médio
Alto	Beneficiário ou Cônjuge	84,0	Nenhuma	54,6	Três ou Mais	35,3	58,0
Intermediário	Filho(a)	9,3	Uma	22,8	Dois	7,9	13,3
Baixo	Pai, Mãe, Parentes	6,1	Duas	11,9	Um	5,4	7,8
Muito Baixo	Outros	0,6	Três ou Mais	10,4	Nenhum	51,5	20,8
Total		100,0		100,0		100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

Os resultados finais do *grau de autonomia domiciliar*, obtidos por meio de uma média aritmética simples dessas três variáveis consideradas, colocam cerca de 71,3% dos domicílios em situação de autonomia relativa elevada. Observe-se que um “alto” grau de autonomia reflete uma unidade domiciliar relativamente independente do mercado para suprir suas necessidades básicas de subsistência.

Nesses casos, os próprios beneficiários ou seus cônjuges são chefes dos domicílios em 84% das situações. Além disso, em 74,4% dos domicílios não existem pessoas sem rendimentos monetários próprios, ou existe apenas uma pessoa em dependência econômica direta. Por fim, há produção e autoconsumo de pelo menos dois produtos agrícolas básicos em 43,2% dos domicílios, fator este muito expressivo para dimensionar o grau de independência relativa das famílias em termos alimentares.

Além do grau de autonomia domiciliar, é possível construir um outro conjunto de indicadores sintéticos de cooperação e ajuda mútua, tentando captar formas diversas de solidariedade e participação comunitária, manifestas a partir do âmbito familiar. Trata-se, mais especificamente, do chamado *grau de solidariedade e sociabilidade*, transcrito na Tabela 19.

Tabela 19

Grau de Solidariedade e Sociabilidade (GSS) na Região Sul

(Em % de Domicílios)

GSS	Ajudas Prestadas		Produtos Doados		Participação Comunitária		GSS Médio
Alto	Três	6,0	Três	4,4	Três	3,2	4,5
Intermediário	Uma ou Duas	44,3	Um ou Dois	40,1	Uma ou Duas	53,2	45,9
Baixo	Nenhuma	49,8	Nenhum	55,5	Não Participa	43,6	49,6
Total		100,0		100,0		100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

A solidariedade interdomiciliar, enquanto indicador estatístico, está expressa por meio da quantidade de ajuda prestada e produtos doados a partir da iniciativa espontânea das famílias pesquisadas. Considerando as principais formas declaradas de ajuda por cerca de 50% dos domicílios, destacam-se diversos tipos de “ajudas em espécie”, a “prestação de serviços gratuitos” e o “atendimento a pessoas doentes ou carentes”. No caso da doação de produtos de consumo, também declarados por quase 50% dos domicílios, itens como “alimentos e material de higiene e limpeza” despontam como a principal categoria, seguidos por itens de “vestuário e calçados” e, em alguns poucos casos, pela doação de “remédios”.

Por sua vez, a sociabilidade foi aferida em termos da participação dos beneficiários em grupos informais ou associações comunitárias. Segundo esse critério, constatou-se que pouco mais de 35% dos domicílios têm alguma participação em “sindicatos de trabalhadores rurais”, ficando os cerca de 21% restantes divididos entre “grupos sociais informais”, “cooperativas ou associações de produtores rurais” e uma pequena minoria em “movimentos sociais organizados”.

A contribuição conjunta dos três aspectos selecionados aponta para um *grau de solidariedade e sociabilidade* “alto” ou “intermediário” em praticamente metade dos domicílios da amostra da região Sul. No entanto, em que pese a significação absoluta deste resultado, uma interpretação mais aprofundada de cada um dos indicadores apenas poderá ser feita na presença das mesmas informações colhidas para a região Nordeste, cujas comparações inter-regionais poderão qualificar melhor as estratégias domiciliares de reprodução social do público investigado. Ademais, deve-se ressaltar que o critério “baixa solidariedade” para “nenhuma ajuda prestada” ou “nenhum produto doado” pode refletir outros fatores, como por exemplo falta de condições familiares ou falta de acesso à agricultura familiar.

5 - MIGRAÇÃO E DOMICÍLIOS: BREVE ANÁLISE DE HIPÓTESES DERIVADAS DA PESQUISA DE CAMPO

Há, basicamente, dois conjuntos de resultados indiretos da pesquisa de campo, induzidos pela extensão da previdência social aos trabalhadores oriundos do meio rural. O primeiro deles está ligado às informações obtidas pela pesquisa sobre o fluxo migratório do público-alvo, tentando, em alguma medida, associá-lo ao início do recebimento regular do seguro previdenciário. O segundo procura avaliar se houve melhora nas condições de vida da população beneficiária, mediante estudo comparativo das transformações perceptíveis nas moradias dos migrantes, relativamente à dos não-migrantes.

Esses resultados são aqui tratados como uma verificação de hipóteses ditas secundárias, na medida em que não derivam diretamente das mudanças recentes do sistema de seguridade, mas podem a ele estar indiretamente relacionados. Na Subseção 5.1, apresentamos a discussão sobre o fluxo migratório e na 5.2 detalhamos algumas evidências sobre as melhorias observadas nas condições de moradia.

5.1 - Fluxos Migratórios Induzidos pelo Recebimento do Seguro Previdenciário

Embora a questão migratória se constitua em uma hipótese explícita da pesquisa, ela não pode ser vista como um resultado diretamente derivado da introdução do sistema previdenciário no meio rural. Não obstante, consideramos relevante dimensionar o movimento migratório do público pesquisado, tentando verificar uma possível ligação entre o recebimento continuado e regular do benefício previdenciário e a mudança de domicílio.

Um primeiro aspecto importante refere-se, portanto, à dimensão da migração entre os domicílios investigados. Tem-se que aproximadamente 27% de todas as famílias visitadas na região Sul declararam pelo menos uma mudança de domicílio desde o início do recebimento do seguro previdenciário.[18] Simetricamente, 73% delas não realizaram qualquer migração desde o início do recebimento do benefício, fato bastante significativo para interpretar a dinâmica demográfica dos aposentados rurais.

Das famílias que mudaram de domicílio, aproximadamente 83% permaneceram no mesmo município de origem e o restante, embora tenha mudado inclusive de município, o fez circunscrito aos estados da própria região Sul em 90% dos casos.

Ainda em termos genéricos, pode-se ver, na Tabela 20, dois tipos de informações complementares: a composição das populações migrantes, antes e depois de

[18] Do conjunto de famílias migrantes, foi possível checar a veracidade das informações em 93% dos casos, mediante confronto de duas outras questões do formulário. Ou seja, comparando o tempo declarado de residência na atual moradia com o tempo de recebimento do benefício, foi possível saber se a mudança declarada realmente aconteceu depois do início do recebimento do seguro.

efetuadas as respectivas migrações, e as direções assumidas pelos fluxos migratórios propriamente ditos.

Tabela 20

Fluxos Migratórios, segundo Origem e Destino na Região Sul

(Em % de Domicílios)

Destino	Origem		Composição Depois das Migrações
	Zona Rural	Zona Urbana	
Zona Rural	31,5	8,1	21,2
Zona Urbana	68,5	91,9	78,8
Total	100,0	100,0	100,0
Composição Antes das Migrações	56,2	43,8	100,0

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

Considerando apenas o conjunto da população migrante — e não o total da população pesquisada — observa-se uma situação na qual 56,2% das famílias residiam em zonas rurais antes da mudança de domicílio, portanto, antes também do início do recebimento do seguro previdenciário. Após as migrações, apenas 21,2% dos domicílios migrantes permaneceram situados na zona rural, contra 78,8% em áreas consideradas urbanas.

O segundo tipo de informação presente na Tabela 20 relata o fluxo migratório geral, entre áreas urbanas e rurais. Note-se que dos domicílios situados originalmente em zonas rurais, 68,5% deles migraram para áreas urbanas. Por sua vez, permaneceram urbanos após a migração mais de 90% dos domicílios que já eram originários de áreas urbanas.

Em suma, as informações sugerem que há, após o início do recebimento do seguro previdenciário, uma migração de pouco mais de 1/4 dos beneficiários. Esse é um movimento migratório em geral do campo para as pequenas cidades, que explica parte da atual composição da população beneficiária total por local de residência, isto é, 51% de domicílios urbanos e 49% de domicílios rurais.

É importante destacar, como mostram os dados da Tabela 21, que o sentido geral do movimento migratório se dá, na grande maioria dos casos, entre domicílios pertencentes ao mesmo município, ou rumo a municípios de mesmo tamanho populacional, ou ainda em direção a municípios menores. Em outras palavras, são bem minoritários os casos de migração cujos destinos sejam municípios de porte populacional maior que os municípios de origem. Pode-se ver que menos de 10% das famílias que migraram a partir de municípios habitados por até 25 mil pessoas mudaram para municípios maiores. E o mesmo ocorreu nos outros extratos populacionais, com destaque para as famílias migrantes de municípios com populações entre 50 e 100 mil habitantes e entre 100 e 200 mil habitantes, cujo percentual de migração para municípios mais populosos foi inferior a 3% em ambos os casos.

Tabela 21

Fluxos Migratórios, segundo o Tamanho Populacional dos Municípios de Origem e Destino na Região Sul

(Em % de Domicílios e Mil Habitantes)

Destino	Origem					Total
	Até 25	25 a 50	50 a 100	100 a 200	Mais de 200	
Até 25	90,4	3,9	1,8	5,7	14,3	
25 a 50	1,2	84,4	1,8	0,0	6,1	
50 a 100	4,1	1,3	94,6	2,8	0,0	
100 a 200	0,8	3,9	0,0	88,5	2,0	
Mais de 200	3,3	6,5	1,8	2,8	77,5	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Composição Populacional dos Municípios	63,4	10,7	15,3	10,6[a]	-	100,0
Composição Populacional Acumulada	63,4	74,1	89,4	100,0	-	-

Fontes: Contagem Populacional de 1996 (IBGE) e Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

[a] *Dos domicílios visitados na região Sul, 10,6% têm mais de 100 mil habitantes.*

Outro aspecto que cabe ressaltar da Tabela 21 diz respeito à composição populacional dos municípios visitados. Não só a migração segue em direção a municípios menores ou de mesmo tamanho populacional, como ainda estes pequenos municípios dominam o universo amostral. Ou seja, 74,1% dos municípios apresentam população não superior a 50 mil habitantes, sendo muito expressivo o fato de 63,4% deles não ultrapassarem 25 mil habitantes. Esse aspecto é bastante ilustrativo da natureza predominantemente microurbana que domina o ambiente atingido pelo sistema previdenciário voltado para os trabalhadores oriundos do meio rural.

O perfil geral dessas evidências se mantém, mesmo quando isolamos apenas os fluxos migratórios daqueles 17% de famílias que mudaram de município, embora haja alguma alteração nas magnitudes envolvidas, conforme mostram os dados da Tabela 22.

Essas novas informações revelam dois padrões opostos de migração. De um lado, as famílias que migraram de municípios com menos de 50 mil habitantes tenderam a municípios mais populosos — trajetória bem marcante para as famílias oriundas de municípios com população entre 25 e 50 mil habitantes, das quais 61,5% foram para municípios com mais de 100 mil habitantes. De outro lado, as famílias originárias de municípios médios e grandes executaram um movimento inverso, rumo a municípios menores, como atestam mais de 75% das famílias migrantes de municípios com população entre 50 e 200 mil habitantes e 100% das famílias residentes originalmente em municípios com mais de 200 mil habitantes.

Tabela 22

Fluxos Migratórios apenas das Famílias que Mudaram de Município, segundo o Tamanho Populacional de Origem e Destino

(Em % de Domicílios e Mil Habitantes)

Destino	Origem				
	Até 25	25 a 50	50 a 100	100 a 200	Mais de 200
Até 25	46,5	23,0	22,2	50,0	63,6
25 a 50	7,0	7,7	22,2	0,0	27,3
50 a 100	23,2	7,7	33,3	25,0	0,0
100 a 200	4,6	23,0	0,0	0,0	9,1
Mais de 200	18,6	38,5	22,2	25,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: Contagem Populacional de 1996 (IBGE) e Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural — Fase II.

As diferenças entre um caso e outro poderiam ser parcialmente justificadas pelas causas que motivaram as mudanças domiciliares. Em geral, a migração rural-urbana está relacionada à necessidade, por parte dos beneficiários ou de seus familiares, de residirem próximos de locais prestadores de serviços gratuitos de saúde (70,8% dos casos) e educação (15,2%). Já a migração entre municípios diferentes parece relacionar-se mais à busca por empregos urbanos (7,3% dos casos) e à aproximação da residência de parentes (3,3%). O conjunto de fatores a motivar movimentos migratórios específicos se completa com aspectos menos expressivos, responsáveis por apenas 3% dos casos, tais como o falecimento ou separação da pessoa com quem residia o beneficiário, outras divergências familiares, problemas com a moradia, fatores climáticos etc.

5.2 - Condições de Moradia e Bem-Estar Domiciliar

A investigação sobre condições de moradia e bem-estar domiciliar também se insere no conjunto de temas correlatos às hipóteses principais da pesquisa, já tratadas anteriormente. Embora também neste caso não se possa estabelecer relações mecânicas entre o ingresso de famílias no sistema de cobertura previdenciário e supostas melhorias materiais nas suas condições de vida, é do interesse de pesquisas de avaliação de impactos socioeconômicos testar hipóteses sobre outras dimensões relevantes do ambiente cotidiano do público-alvo, ainda que apenas indiretamente se possa sugerir algumas relações de causalidade.

Assim, além da questão migratória, o estudo das condições de moradia foi preferencialmente escolhido por ser uma das formas mais privilegiadas de abordar aspectos considerados relevantes para a evolução do bem-estar familiar. Para tanto, é importante lembrar que cerca de 27% das famílias visitadas na região Sul declararam ter mudado de domicílio após o início do recebimento regular do seguro previdenciário rural.[19]

[19] Das famílias que mudaram de domicílio, foi possível recolher informações sobre as condições da moradia anterior e da atual em 97,3% dos casos, o que garantiu uma avaliação bastante segura das transformações aparentes nos domicílios antes e depois das mudanças.

Com as informações referentes à última moradia e à atual, é possível realizar, inicialmente, uma investigação detalhada sobre as transformações aparentes que envolveram a mudança de moradia, objetivando fornecer algumas indicações sobre a evolução do bem-estar domiciliar, a partir do estudo comparado de quatro atributos especialmente obtidos pela pesquisa de campo: *características físicas da moradia, condições de propriedade da moradia, condições de acesso a infra-estrutura e características de acesso a bens duráveis de consumo*. Essa primeira tarefa consiste, então, em dimensionar e avaliar os ganhos e/ou perdas de bem-estar domiciliar, decorrentes das transformações observadas nas características das moradias anterior e atual deste subgrupo de unidades investigadas que declararam mudança de domicílio após o início do recebimento do benefício previdenciário.

A segunda tarefa consiste em estabelecer um confronto entre as características atuais de moradia desse subgrupo de domicílios que declarou mudança (chamado subgrupo 1), em relação ao subgrupo de domicílios que não mudou de moradia após o início do recebimento do benefício previdenciário (chamado subgrupo 2).

5.2.1 - Descrição das transformações nas características da moradia do subgrupo que declarou mudança após tornar-se beneficiário da previdência rural (subgrupo 1)

A descrição das características de moradia e do bem-estar domiciliar é feita segundo os quatro atributos elencados no Plano de Tabulação [ver Delgado *et alii* (1999*a*)], como pode ser observado na Tabela 23. Nessa etapa, no entanto, o trabalho basicamente descreve as transformações observadas nas características aparentes de moradia do subgrupo que declarou mudança de domicílio após tornar-se beneficiário da previdência social rural.

As *características físicas* da moradia foram avaliadas na pesquisa de campo pelo tipo de material predominante nas paredes das casas e pelo número total de cômodos delas. Com respeito ao primeiro quesito, verifica-se que as moradias foram deixando de constituir-se de paredes de “madeira” (68,87% para 41,67%, entre as moradias anterior e atual) para irem se formando de paredes de “alvenaria” (19,85% para 42,40%, entre as moradias anterior e atual).

Simultaneamente, perderam importância as moradias constituídas de paredes de “madeira aproveitada” e “taipa e alvenaria”, ganhando representatividade as formadas pela conjunção de “madeira e alvenaria”, que saltaram de 4,9% para 13,85% entre as moradias anterior e atual.

Em relação ao segundo quesito investigado (número de cômodos na moradia), embora a moda estatística tenha permanecido em cinco cômodos (22,30% na moradia anterior e 23,28% na atual), houve um deslocamento visível de moradias com um e dois cômodos (11,52% para 7,97%) para moradias com um número de cômodos superior a três (88,48% para 92,03%). Estas informações descrevem uma situação de melhora aparente nas condições físicas de moradia e, portanto, de bem-estar domiciliar para o subgrupo que declarou mudança de domicílio depois do início do recebimento do benefício previdenciário.

Tabela 23

Caracterização Geral das Moradias da Região Sul

(Em % de Domicílios)

Características Pesquisadas	Detalhamento das Características Aparentes das Moradias		Subgrupo 1		Subgrupo 2
			Moradia Anterior	Moradia Atual	Moradia Atual
Características Físicas das Moradias	Material das Paredes	Alvenaria	19,9	42,4	35,2
		Alvenaria e Madeira	4,9	13,9	13,7
		Madeira	68,9	41,7	49,7
		Outros[a]	3,3	1,7	1,1
	Número de Cômodos	1 e 2	11,5	8,0	2,9
		3 a 6	69,0	71,0	62,8
		7 a 12	16,1	20,7	33,8
		Mais de 12	0,5	0,4	0,5
Características de Propriedade das Moradias	Condição da Moradia	Particular	97,2	100,0	100,0
		Coletiva	0,7	0,0	0,0
		Própria	55,0	69,2	90,9
		Alugada	16,4	10,2	0,9
		Cedida	25,3	20,3	8,2
Características de Acesso a Infra-Estrutura	Abastecimento de Água	Rede Geral	43,3	79,2	45,5
		Poço ou Nascente	48,4	17,4	52,3
		Outros[b]	5,5	3,3	2,1
	Instalação Sanitária	Rede Geral	11,2	28,1	15,0
		Fossa Séptica	23,8	36,6	34,7
		Fossa Comum	50,9	32,6	44,9
		Não Tem	11,4	2,7	5,3
	Abastecimento de Luz	Rede Geral	72,6	96,1	92,7
		Querosene	20,7	2,7	5,9
		Outros[c]	1,3	0,5	0,5
		Não Tem	2,6	0,7	1,0
	Telefone	Sim	5,3	14,2	15,7
		Não Tem	92,0	85,8	84,3
Características de Acesso a Bens Duráveis de Consumo	Fogão a Gás		72,1	93,5	91,9
	Fogão a Lenha		69,9	54,3	76,2
	Geladeira		57,4	80,3	85,1
	Televisor		54,5	78,3	82,5
	Rádio		74,1	84,1	89,8
	Freezer		15,2	24,9	45,6
	Antena Parabólica		5,9	19,1	30,2
	Máquina de Lavar Roupas		3,4	8,7	8,4
	Outros[d]		0,9	3,7	5,7

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural — Fase II.

[a] *Outros = "madeira aproveitada" + "taipa e alvenaria" + "taipa revestida" + "taipa não-revestida + pedra com barro" + "adobe" + "palha ou lona".*

[b] *Outros = "torneira pública ou chafariz" + "carro-pipa" + "cisterna" + "rio, açude ou barreiro" + "água do vizinho".*

[c] *Outros = "motor" + "vela, fogueira ou lanterna".*

[d] *Outros = "fogão a lenha" + "fogão a carvão" + "forno elétrico" + "máquina de costura" + "aparelho de som".*

As *características de propriedade* da moradia foram avaliadas segundo dois atributos: se a moradia era "particular" ou "coletiva" e se ela era "própria", "alugada" ou "cedida".[20] De acordo com o primeiro critério, o início do recebimento do benefício previdenciário, ao induzir a mudança de domicílio, favoreceu a transformação das antigas moradias "coletivas" (0,74%) em "particulares" (100%).

No que tange ao segundo critério adotado, embora a moda estatística já fosse de moradias "próprias" (55,02%), a mudança intensificou a passagem das moradias "alugadas" (16,42% para 10,17%) e "cedidas" (25,25% para 20,34%) para a condição de moradias "próprias" (55,02% para 69,24%). Estes dados apontam uma melhora nas condições de propriedade das moradias, provavelmente refletidas em maior bem-estar domiciliar para o subgrupo que declarou mudança de domicílio após tornar-se beneficiário da previdência social rural.

As *características de acesso a infra-estrutura* foram obtidas na pesquisa mediante quatro critérios: *a*) forma principal de abastecimento de água; *b*) tipo de instalação sanitária; *c*) forma predominante de abastecimento de luz; e *d*) existência ou não de telefone na moradia. O primeiro atributo investigado constatou que a principal forma de abastecimento de água de 48,41% das moradias anteriores era o "poço ou nascente" na propriedade, contra 43,26% de domicílios que se abasteciam por meio da "rede geral". Essa situação se inverte na passagem da antiga para a moradia atual: apenas 17,40% dos domicílios continuam sendo abastecidos de forma predominante por meio da existência de "poço ou nascente", contra 79,17% que estão se abastecendo de água via "rede geral".

O atributo ligado ao tipo de instalação sanitária revela que se reduziram de 11,40% para 2,70% as moradias que "não dispõem" de instalação sanitária determinada, como também reduziram-se as que possuíam a "fossa rudimentar comum" como principal tipo de instalação, caindo de 50,86% para 32,60% nas moradias atuais. Por outro lado, a "fossa séptica" saltou de 23,77% nas antigas moradias para 36,64% nas atuais, sendo agora o tipo dominante de instalação sanitária nesse subgrupo de domicílios da região Sul do Brasil. O acesso a "rede geral" também aumentou, passando de 11,15% para 28,06% o percentual de moradias dispondo desse tipo de instalação sanitária. Note-se que embora a taxa de expansão da "rede geral" tenha sido elevada, mais que dobrando o número de domicílios com acesso, ainda não foi suficiente para sobrepujar o número de domicílios com acesso a "fossa séptica". A questão, nesse caso, é que, embora ambas as formas predominantes ("fossa séptica" e "rede geral") pareçam ser superiores às demais ("fossa comum" e "inexistência de instalação sanitária determinada"), é preciso avaliar qual das duas formas representa de fato maior bem-estar domiciliar.

[20] Cabe lembrar que a "moradia particular" é definida como "aquela que serve de domicílio para, no máximo, cinco famílias. As condições básicas para caracterizar um domicílio como particular são a separação e a independência" [ver Delgado *et alii* (1999*a*, p. 84)].

Com respeito ao terceiro critério investigado, acentua-se a dominância de moradias cuja principal forma de abastecimento de luz se dá por meio do acesso a "rede geral" (72,55% para 96,08%). Este movimento foi decorrente, basicamente, da enorme redução de moradias que usavam o "querosene" como principal forma de abastecimento de luz (20,71% para 2,70%). Constatou-se também o desaparecimento de moradias que antes da mudança se valiam do acesso a "motor" (0,61%), e reduziu-se o número de domicílios declarando "não ter" uma forma principal de abastecimento de luz (2,57% para 0,74%) e domicílios valendo-se de "velas, fogueiras ou lanternas" (2,82% para 0,49%).

Por fim, o último quesito levantado perguntava sobre a existência ou não de telefone particular (de uso exclusivo dos moradores) nas moradias. Os resultados mostram que, das moradias anteriores, apenas 5,27% "tinham telefone" e 92,03% "não tinham". Esta situação se altera para as atuais moradias, mas não a ponto de transformá-la radicalmente. As moradias "com telefone" saltam para 14,22%, enquanto as "sem telefone" continuam sendo a grande maioria, com 85,78% do total.

As informações de acesso das moradias aos quatro grandes atributos de infra-estrutura sugerem uma melhora aparente nas características domiciliares, mas a simples descrição das transformações deve ser vista com cuidado quando o objetivo é avaliar a evolução do bem-estar dessas famílias.

As *características de acesso a bens duráveis de consumo* foram avaliadas pela existência, em cada domicílio pesquisado, de um amplo conjunto de bens duráveis, desde fogão (a lenha, gás, carvão), geladeira, *freezer*, televisor, máquina de lavar roupas, máquina de costura, aparelho de som etc.

De acordo com os dados obtidos, pode-se concluir, em linhas gerais, que houve um incremento no bem-estar domiciliar associado a uma expansão dos domicílios portadores dos itens considerados mínimos à satisfação das necessidades familiares básicas.

A afirmação precedente pode ser parcialmente comprovada pelo fato de ter se reduzido o percentual de moradias com fogão a lenha, aumentando, em contrapartida, o número das que possuem fogão a gás (de 72,06% para 93,50% entre as moradias anterior e atual). Também cresceu a quantidade de moradias possuindo geladeira (de 57,35% para 80,27%), televisor (de 54,53% para 78,31%), rádio (de 74,14% para 84,07%), *freezer* (de 15,20% para 24,88%), antena parabólica (de 5,88% para 19,12%), máquina de lavar roupas (de 3,43% para 8,70%), forno elétrico, forno de microondas, aparelho de som, máquina de costura etc.

5.2.2 - Comparação entre os que mudaram (subgrupo 1) e os que não mudaram de domicílio (subgrupo 2)

Este exercício envolve as características já registradas para a moradia atual do subgrupo de domicílios que declarou mudança de moradia após ter se tornado

beneficiário do sistema da previdência rural (chamado subgrupo 1) e novas informações acerca do subgrupo complementar que declarou não ter se mudado com o início do recebimento do benefício (73% do total de domicílios visitados, chamados de subgrupo 2). A tarefa é confrontar a situação atual de ambos os tipos de moradia, a fim de que se possa ter algumas indicações sobre o bem-estar entre esses dois grupos de unidades domiciliares. O resumo das informações pode ser visualizado na Tabela 23.

Com relação às *características físicas* das moradias, percebe-se que a situação relativa do subgrupo 1 (que declarou mudança após tornar-se beneficiário da previdência rural) é ligeiramente superior à do subgrupo 2 (que declarou não ter se mudado após o início do recebimento do benefício): 42,40% das moradias do subgrupo 1 compõem-se de paredes de "alvenaria", contra 35,16% das do subgrupo 2. Enquanto 49,72% das moradias do subgrupo 2 possuem paredes de "madeira", contra 41,67% das moradias do subgrupo 1, o percentual de moradias compostas de paredes de "madeira e alvenaria" é praticamente o mesmo: 13,65% para as do subgrupo 2 e 13,85% para as do subgrupo 1.

O atributo ligado ao número de cômodos mostra uma situação um pouco mais favorável às moradias do subgrupo 2, apresentando em geral residências com maior número de cômodos nesse segundo grupo.

Dos critérios adotados para verificar as *condições de propriedade* das moradias, tem-se uma situação na qual a totalidade das moradias atuais de ambos os subgrupos é considerada "particular", ou seja, *serve de domicílio para, no máximo, cinco famílias*, em condições de "separação" e "independência".[21]

O segundo critério (casa própria, alugada ou cedida) revela uma situação bem mais confortável para as moradias do subgrupo 2, pois são moradias "próprias" em 90,85% dos casos, contra 69,24% de moradias "próprias" no subgrupo 1. Há ainda uma grande incidência de moradias "cedidas" (20,34%) e "alugadas" (10,17%) no interior do subgrupo 1, em comparação às moradias "cedidas" (8,23%) e "alugadas" (0,87%) do subgrupo 2.

Para comparações sobre as *características de acesso à infra-estrutura*, cabe lembrar que os aspectos considerados foram: *a*) forma principal de abastecimento de água; *b*) tipo de instalação sanitária; *c*) forma predominante de abastecimento de luz; e *d*) existência ou não de telefone na moradia.

O primeiro quesito mostra que 79,17% das moradias do subgrupo 1 possuem "rede geral" como principal forma de abastecimento de água, contra apenas 45,54% das moradias do subgrupo 2. Para esse último conjunto de moradias, a

[21] Ambos os atributos estão definidos no *Manual da Pesquisa* da previdência social rural, tal que: "por separação compreende-se um local de habitação limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo a uma pessoa ou um grupo de pessoas o isolamento das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente. Por independência compreende-se o acesso direto ao local de habitação sem passar por locais de habitação de outras pessoas" [Delgado *et alii* (1999*a*, p. 84)].

forma predominante é o "poço ou nascente" (52,34%), cuja freqüência nas moradias do subgrupo 1 é tão-somente de 17,40%.

Com relação ao tipo de instalação sanitária, 28,06% das moradias do subgrupo 1 dispõem de acesso a "rede geral", contra 15,03% das moradias do subgrupo 2. Mas a diferença realmente marcante está no tipo dominante de instalação sanitária em cada caso: para as moradias do subgrupo 1 prevalece a "fossa séptica" com 36,64% (contra 34,74% nas moradias do subgrupo 2), enquanto para as moradias do subgrupo 2 a forma dominante é ainda a "fossa rudimentar comum" com 44,85% (contra 32,60% nas moradias do subgrupo 1). Também interessante é a constatação de que, dentre as moradias atuais do subgrupo 1, apenas 2,70% declararam "não ter" um tipo específico de instalação sanitária, contra 5,33% das moradias do subgrupo 2.

Sobre a forma principal de abastecimento de luz, 96,08% das moradias do subgrupo 1 declararam possuir acesso a "rede geral", contra 92,69% das moradias do subgrupo 2. A segunda principal forma declarada de ambos os subgrupos foi a "querosene": 2,70% para as moradias do subgrupo 1 e 5,88% para as moradias do subgrupo 2. E o último critério levantado (existência ou não de telefone na moradia) mostra uma situação relativa praticamente idêntica, na qual continuam sendo minoria as moradias "com telefone": 15,72% no subgrupo 2 e 14,22% no subgrupo 1.

Finalmente, a comparação entre as *características de acesso a bens duráveis de consumo* entre os subgrupos 1 e 2 checou o percentual de moradias em cada caso dispondo do conjunto de bens duráveis listados na Tabela 24.

Há um percentual ligeiramente superior de moradias do subgrupo 1 dispondo de fogão a gás (93,50%), em relação às moradias do subgrupo 2 (91,91%). Mas, por outro lado, em praticamente todos os demais bens relevantes (ou fundamentais) de consumo, o percentual de moradias do subgrupo 2 é superior ao do subgrupo 1. Este é o caso para os seguintes itens de consumo durável: geladeira (85,11% contra 80,27%), televisor (82,49% contra 78,31%), rádio (89,84% contra 84,07%), *freezer* (45,63% contra 24,88%), antena parabólica (30,15% contra 19,12%). Por fim, é praticamente igual (e baixo) o percentual de moradias entre os subgrupos 1 e 2 dispondo dos seguintes bens de consumo: máquina de lavar roupas, máquina de costura, forno de microondas e aparelho de som.

Os resultados acima mostram uma certa superioridade das moradias do subgrupo 2, no acesso a um amplo conjunto de bens duráveis de consumo, o que pode sugerir a existência de uma situação, em tese, mais favorável ao bem-estar domiciliar desse subgrupo. Uma forma de checar se esta conclusão é extrapolável para o conjunto de atributos investigados pode ser feita por meio das informações contidas na Tabela 24, que procura sintetizar os dados da tabela anterior, a fim de facilitar a comparação das condições de moradia e melhor visualizar a evolução do bem-estar domiciliar entre os subgrupos 1 e 2.

Tabela 24

Grau de Bem-Estar Domiciliar (GB-ED) na Região Sul

(Em % de Domicílios)

Características Pesquisadas	Grau de Bem-Estar Domiciliar	Subgrupo 1		Subgrupo 2
		Moradia Anterior	Moradia Atual	Moradia Atual
GB-ED 1 — Características Físicas da Moradia	Baixo	14,8	8,1	2,8
	Médio	53,4	51,5	39,0
	Alto	31,9	40,4	58,2
Total		100,0	100,0	100,0
GB-ED 2 — Características de Propriedade	Baixo	27,9	20,6	7,8
	Médio	71,9	79,4	92,3
	Alto	0,3	0,0	0,0
Total		100,0	100,0	100,0
GB-ED 3 — Características de Infra-Estrutura	Baixo	99,9	100,0	100,0
	Médio	0,1	0,0	0,0
	Alto	0,0	0,0	0,0
Total		100,0	100,0	100,0
GB-ED 4 — Características de Acesso a BDC	Baixo	66,8	49,1	32,9
	Médio	33,3	50,6	66,8
	Alto	0,0	0,3	0,3
Total		100,0	100,0	100,0
GB-ED — Soma de GB-EDs (1 + 2 + 3 +4)	Baixo	95,1	11,0	6,5
	Médio	4,9	65,3	54,4
	Alto	0,0	23,8	39,0
Total		100,0	100,0	100,0

Fonte: Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural — Fase II.

Classificando o grau de bem-estar domiciliar em três escalas valorativas sintéticas (baixo, médio e alto) e plotando os domicílios de acordo com seu respectivo posicionamento na escala, constatamos uma melhora significativa de qualidade nas características aparentes dos domicílios que declararam mudança após ter se iniciado o recebimento do seguro previdenciário.

Por sua vez, os conceitos (baixo, médio e alto) e os cálculos utilizados na construção dessa tabela síntese (Tabela 24) estão descritos na Tabela 25.

A melhoria de bem-estar é visível em todos os quatro atributos investigados, resultando num grau de bem-estar domiciliar “médio” e “alto” para quase 90% das moradias atuais do subgrupo 1, contra apenas 4,9% de domicílios nessas condições antes da mudança. Essa situação praticamente iguala-se ao grau de bem-estar domiciliar médio e alto dos domicílios que não trocaram de moradia após o início do recebimento dos benefícios previdenciários (subgrupo 2). A conclusão que se pode extrair desses dados é que houve melhoria nas características de moradia da grande maioria dos domicílios, sejam eles de migrantes ou não-migrantes, após acesso ao benefício previdenciário.

Tabela 25

Construção dos Intervalos para cada Grau de Bem-Estar Domiciliar

Características Pesquisadas	Grau de Bem-Estar Domiciliar	Intervalos para cada GB-ED	Fórmulas para Cálculos
Características Físicas das Moradias $GBED_1$	Baixo	$1 \leq GBED_1 \leq 3$	$GBED_{1\ (t)} = \frac{1}{c} + e$, onde: *c* e *e* são valores dados pela própria numeração das questões 38c e 38e;
	Médio	$3 < GBED_1 \leq 6$	
	Alto	$6 < GBED_1 \leq 9$	$GBED_{1\ (t\text{-}z)} = \frac{1}{d} + f$, onde: *d* e *f* são valores dados pela própria numeração das questões 38d e 38f.
Condições de Propriedade das Moradias $GBED_2$	Baixo	$0 \leq GBED_2 \leq 0{,}3$	$GBED_{2(t)} = \frac{1}{a+g}$, onde: *a* e *g* são valores dados pela própria numeração das questões 38a e 38g;
	Médio	$0{,}3 < GBED_2 \leq 0{,}6$	$GBED_{2(t\text{-}z)} = \frac{1}{b+h}$, onde: *b* e *h* são valores dados pela própria numeração das questões 38b e 38h.
	Alto	$0{,}6 < GBED_2 \leq 1$	
Características da Infra-Estrutura das Moradias $GBED_3$	Baixo	$0 \leq GBED_3 \leq 0{,}3$	$GBED_{3\ (t)} = \frac{1}{i+l+n+p}$, onde: *i, l, n* e *p* são valores dados pela própria numeração das questões;
	Médio	$0{,}3 < GBED_3 \leq 0{,}6$	
	Alto	$0{,}6 < GBED_3 \leq 1$	$GBED_{3\ (t\text{-}z)} = \frac{1}{j+m+o+q}$, onde: *j, m, o* e *q* são valores dados pela própria numeração das questões.
Condições de Acesso aos Bens Duráveis de Consumo $GBED_4$	Baixo	$0 \leq GBED_4 \leq 8$	$GBED_{4(t)} = \Sigma\ r$, onde: *r* assume valores dados pela própria numeração da questão 38r;
	Médio	$8 < GBED_4 \leq 16$	$GBED_{4\ (t\text{-}z)} = \Sigma\ s$, onde: *s* assume valores dados pela própria numeração da questão 38s.
	Alto	$16 < GBED_4 \leq 24$	
Grau de Bem-Estar Domiciliar Total $GBED_t$	Baixo	$0 \leq GBED_t \leq 8$	$GBED_t = \sum_{i=1}^{4} IQVi$
	Médio	$8 < GBED_t \leq 16$	
	Alto	$16 < GBED_t \leq 24$	

Fonte: Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, Relatório Metodológico, Plano de Tabulação dos Resultados da Pesquisa de Campo.

6 - SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOCIAL

1. Este trabalho realiza uma avaliação de resultados da política previdenciária para o meio rural na década de 90, período marcado por profundas transformações na política social e no estilo de desenvolvimento agrário do Brasil. A própria configuração do espaço rural está sendo objeto de ampla revisão teórica, de forma que é importante conhecer e refletir sobre essas intervenções de política social e mensurar a efetividade, a eficácia e a eficiência dessa intervenção sobre seu público-alvo, avaliando e corrigindo os rumos das ações executadas ou reestruturando-as com base em critérios consistentes de aferição.

2. Dentre as possíveis soluções metodológicas para enfrentar a pergunta-chave da pesquisa — qual o papel da previdência social nas condições de vida e reprodução econômica dos seus beneficiários —, optamos pelo caminho da inquirição direta às famílias recebedoras de aposentadorias e pensões do sistema. A inquirição direta aos beneficiários pressupõe um conjunto de hipóteses que, de alguma forma, respondam tentativamente à pergunta central da pesquisa. Isto se fez de diferentes formas, construindo-se hipóteses de pesquisa que refletissem relações de determinação relevantes sobre a economia familiar pesquisada.

3. Neste contexto, apresentamos os resultados da pesquisa para a região Sul, muito embora tenhamos realizado o mesmo inquérito nos 11 estados da região Nordeste. Os resultados completos da pesquisa, incluindo a comparação Sul/Nordeste, estão contidos num livro produzido pelo IPEA – *Universalização de Direitos Sociais Mínimos no Brasil: A Experiência da Previdência Rural nos Anos 90* –, em fase final de processamento. A interpretação macrossocial dos resultados da pesquisa revela claramente a constituição de um setor de aposentados e pensionistas da previdência rural em todo o país, composto por cerca de 4 milhões de domicílios, e particularmente na região Sul, com 702 mil, constituindo um conjunto de famílias amparadas pelo seguro social, condição que afeta marcadamente as estratégias de sobrevivência dessas famílias no setor rural e, *ipso facto*, o próprio conceito de espaço rural tradicional.

4. A magnitude atual do setor de aposentados e pensionistas decorre da efetiva universalização da previdência para idosos e mulheres, e de uma ampliação, ainda restrita, para o grupo social dos inválidos. Essa ampliação quantitativa do seguro previdenciário, particularmente no caso dos idosos, cuja cobertura praticamente dobra entre 1992 e 1998, combina-se com uma duplicação maior do valor do benefício em salários mínimos comparativos, produzindo um impacto significativo na renda familiar. Doravante, ter ou não ter um aposentado ou pensionista nas famílias da zona rural fará diferença significativa na composição da renda familiar.

5. O alto impacto sobre a renda familiar rural e o caráter permanente, regular, pontual e líquido do benefício social pago pela previdência conferem-lhe funções muito além daquilo que se esperaria classicamente de um benefício previdenciário. Há, na verdade, várias evidências empíricas na pesquisa que indicam, de maneira indireta, a conversão do seguro social em seguro agrícola, o qual viabilizaria economicamente um amplo setor da agricultura familiar, sob responsabilidade dos beneficiários da previdência rural.

6. Os resultados também nos permitem inferir outras estratégias de reprodução econômica combinadas ao seguro previdenciário, como o acesso ao autoconsumo de produtos básicos, a produção por conta própria e o envolvimento de algum membro da família no mercado de trabalho. Esse conjunto de atividades e rendimentos viabiliza a produção de um excedente doméstico, permitindo ao domicílio assim estruturado, em 90% dos casos,

superar a condição de economia de subsistência e, conseqüentemente, a de família abaixo da linha de pobreza.

7. As hipóteses sobre migração e bem-estar domiliciar apresentam várias corroborações, mostrando que ocorre um baixo índice de migração depois que o agricultor passa à condição de aposentado ou pensionista rural. E mesmo quando migrações ocorrem (27% dos domicílios), elas se dão preponderantemente no interior do espaço rural ou microurbano contíguo. Além disso, os indicadores de bem-estar dos domicílios revelam uma melhora qualitativa em praticamente todas as características investigadas, comparativamente à situação anterior à migração.

8. Finalmente, há que atentar para o fato de que, no Sul do país, mais de 1/3 dos domicílios sem aposentados ou pensionistas atuais situam-se abaixo da linha de pobreza, medida por uma renda domiciliar *per capita* de 1/2 salário mínimo ao mês. Nesses casos, são candidatos a contribuir apenas simbolicamente para a Previdência Social. Isto posto, o sistema deve conviver estruturalmente com um déficit, não sendo nem possível, nem desejável, forçar uma situação de equilíbrio atuarial, fato que provocaria a exclusão da proteção mínima ao regime da economia familiar, previsto na Constituição Federal. Mas é preciso financiar esse déficit de maneira consistente e de forma explícita para não onerar indevidamente os segurados também pobres do regime urbano. Vinculações explícitas de tributos e/ou parcela de contribuições sociais específicas seriam oportunas e plenamente planejáveis, visto que o perfil de despesas e receitas do sistema pode ser razoavelmente bem programado.

ANEXO 1

Unidades Regionais de Pesquisa

A escolha de duas macrorregiões independentes (Nordeste e Sul), como objeto principal da pesquisa, contém uma dupla justificação. Em primeiro lugar, essas regiões representam cerca de 65% do público-alvo beneficiário. A segunda justificativa é o argumento da interveniência de diferenças regionais marcantes, de natureza socioeconômica e edafoclimática, que provavelmente afetam de forma significativa as condições de vida desse público-alvo (unidade de análise).

Por outro lado, realizar simplesmente a pesquisa com duas amostras independentes de domicílios localizados nessas regiões pareceu-nos um corte insuficiente. Os objetivos perseguidos neste projeto propõem-se a explicar estratégias de sobrevivência e reprodução das unidades familiares. E nesse sentido residir em uma ou outra região caracteriza diferença regional imprecisa. Há que introduzir na regionalização *a priori* atributos que caracterizem o próprio conceito de economia familiar, que poderão ou não ser confirmados *a posteriori* pelos resultados da pesquisa.[22]

Optamos por construir um mapa de regiões de pesquisa nas quais os conceitos de economia familiar estivessem referidos ao espaço rural — zona de origem do nosso público.

A expressão "economia familiar rural", referida ao conjunto das funções econômicas e não-econômicas que dão suporte e conferem condições de sustentação e reprodução às unidades familiares ocupadas ou residentes no espaço rural, é suficientemente ampla para demarcar a regionalização que nos interessa construir. Observe-se que não restringimos a economia familiar aos limites da agricultura familiar. Essa se restringe ao exercício de funções produtivas e ocupacionais pela própria família no interior de um estabelecimento agropecuário. Já o conceito de economia familiar, que definimos, supera simultaneamente os critérios espaciais de residência rural ou a função produtiva ocupacional agrícola, considerados isoladamente. Isto se deve ao fato de que nosso público-alvo é formalmente parte do setor inativo da economia rural e reside indistintamente na zona rural ou na zona urbana de cada município.

Demarcado pelo conceito de economia familiar já citado, procedeu-se a uma tríplice classificação regional da população pesquisada, de conformidade com a predominância das relações de trabalho ou das formas de inserção econômica da produção familiar rural e de economia de subsistência. Disto resultou uma tríplice tipologia regional: "produção rural familiar", "agricultura de subsistência" e "trabalho rural assalariado". Essa tipologia é, de certa forma, auto-explicativa. O primeiro conceito corresponde à produção que utiliza predominantemente o trabalho familiar e se destina ao mercado. A segunda corresponde às unidades

[22] Os critérios de regionalização utilizados no Plano Amostral estão baseados em mapas regionais construídos pelas equipes do Ipardes/Deser e Fundaj.

familiares que produzem para suprir o autoconsumo ou geram pequeno excedente. A terceira é a unidade familiar assalariada total ou principalmente.

Com base nesses conceitos são construídas seis mesorregiões de pesquisa, três em cada macrorregião, que são, para efeitos estatísticos, as menores unidades de análise regional geradas pela pesquisa.

Essa regionalização não é exatamente a mesma nas regiões Sul e Nordeste. Nessa última, os conceitos de economia familiar integrada ao mercado e economia de subsistência ficam de certa forma fundidos numa vasta mesorregião (Agreste e Semiárido), onde emerge o fator edafoclimático como dominante. Por sua vez, a agricultura assalariada é separada em dois setores: o tradicional da Zona da Mata e da Zona Cacaueira e o mais moderno, dos Cerrados e Pré-Amazônia Nordestina. Na região Sul foi possível desenhar com maior precisão as mesorregiões de agricultura familiar integrada e de trabalho assalariado, ficando a região residual relacionada à economia de subsistência.

ANEXO 2

Plano Estatístico de Amostragem

O Plano Amostral da pesquisa contém algumas definições preliminares que convém desde logo explicitar. O universo de pesquisa compreende os cerca de 3,78 milhões de beneficiários da previdência rural das regiões Nordeste e Sul. Cada beneficiário é necessariamente residente em algum domicílio e a partir da família domiciliada no endereço de residência desse beneficiário amplia-se a população do universo pesquisado para algo em torno de três a quatro vezes o número de aposentados e pensionistas rurais, gerando uma população de aproximadamente 15,2 milhões de pessoas nas duas regiões.

As amostras macrorregionais Nordeste e Sul estão subdivididas cada uma em três mesorregiões independentes, sendo essas as unidades espaciais de pesquisa de menor tamanho para as quais é possível construir estimadores não-viesados (erros de estimação mínimos) para as variáveis objeto do questionário.

O problema estatístico do tamanho da amostra macrorregional depende, portanto, de uma decisão de mesorregionalização e do número de domicílios pesquisados que garantam estatisticamente um erro de estimação "aceitável" para os parâmetros mesorregionais. Por sua vez, o erro de estimação depende do nível de confiança, da medida de dispersão das proporções que se deseja estimar e do tamanho da amostra.

Definido o erro de um intervalo de estimulação, tal que:

(a) $$\varepsilon = Z.\sqrt{(p)(1-p)/n}$$

segue-se que:

(*b*) $$n = Z^2.[(p)(1-p)/\varepsilon^2]$$

onde:

Z = parâmetro representativo do nível de confiança desejado;

p = proporção do evento "sucesso" numa dada distribuição de freqüência;

$(1 - p)$ = proporção do evento "insucesso" numa dada distribuição de freqüência; e

$(p)(1 - p)$ = medida de dispersão na população.

Utilizando-se da fórmula definida em (*a*), e do nível de confiança de 95%, é possível estabelecer para uma situação de máxima dispersão populacional (mínima concentração) das proporções de (p) e $(1 - p)$, ou seja, os percentuais 0,5

e 0,5 respectivamente, quais os erros de estimação associados a diferentes tamanhos de amostra.

Nos exemplos de uma amostra aleatória ou de uma amostra por conglomerados, tem-se as dimensões dessas amostras que deveriam ser objeto de definição para efeito de construção do Plano Amostral do projeto.

Isso posto, se quisermos trabalhar com erro de estimação das proporções ou de quaisquer estimadores específicos, como média, mediana, percentis etc. na faixa de 3% a 4% (modelo aleatório X modelo conglomerado); adotando um nível de confiança de 95%, teríamos de definir, *grosso modo*, o tamanho amostral mínimo de mil (1.000) questionários para cada corte mesorregional selecionado.

Em síntese, duas amostras regionais independentes (Nordeste e Sul), com três partições mesorregionais, implicaria pôr esse raciocínio estatístico em um tamanho da amostra total de 6 mil domicílios:

A escolha de duas macrorregiões independentes de pesquisa, e dentro de cada uma dessas de três mesorregiões, conformando ao todo seis mesorregiões, caracteriza cada um desses espaços como unidades de análise. A justificativa desse corte analítico foi feita nos capítulos introdutórios do *Relatório Metodológico* (*op. cit*.) e atende aos objetivos do projeto. Isso posto, temos de definir, para cada uma das seis unidades de análise da pesquisa, as respectivas unidades primárias e secundárias de amostragem.

Cada mesorregião é dividida em 50 “estratos”. Cada estrato é definido na mesorregião, tomando-se o número total de beneficiários e dividindo-o por 50, obtendo-se, dessa forma, o número uniforme de beneficiários. Cada um dos 50 estratos é composto por unidades primárias de amostragem, ou seja, pelos municípios que compõem isolada ou agregadamente aquele número uniforme de beneficiários denominado estrato. Observe-se que municípios muito grandes podem constituir sozinhos um estrato ou até mais de um.

Os estratos amostrais (agrupação de unidades primárias de amostragem geograficamente contíguas) serão pré-selecionados de tal sorte que a probabilidade de seleção seja dada por:

$$P(hi) = \frac{N.hi}{\sum N.hi}$$

onde:

Nhi = total de beneficiários da Unidade Primária de Amostragem i no estrato h; e

$\sum Nhi$ = total de beneficiários do estrato h.

A unidade secundária de amostragem é o beneficiário (aposentado, pensionista, titular de rendas mensais vitalícias ou amparos previdenciários rurais) constante da relação de pagamentos do INSS do mês mais recente (março de 1998). A seleção aleatória desse indivíduo no município pré-selecionado aleatoriamente como sede de um dado estrato apresenta probabilidade constante e em geral baixa e proporcional ao número de beneficiários municipais.

A fração final de amostragem (*fg*) corresponde ao quociente entre o tamanho da amostra (*ng*) e o universo estimado para a área de estimação *g*:

$$fg = \frac{n.hi}{N.hi}$$

Já foi definido que o tamanho da amostra *ng* será igual a mil beneficiários em cada uma das seis áreas de estimação. Esse tamanho, entretanto, deverá ser corrigido por uma estimativa de 20% de perda de entrevistas decorrentes da recusa, não-localização do beneficiário selecionado na listagem ou por impossibilidade de acesso ao domicílio desse beneficiário. Portanto, o tamanho revisado da amostra (*ng´*) deverá ser:

$$ng' = \frac{ng}{1 - \%\text{perdas}}$$

Dessa forma, se as perdas de entrevistas, pelas razões acima definidas, são estimadas em 20%, o tamanho da amostra será de 1.250.

O valor *Ng* ainda é desconhecido para cada área de estimação *g*.

A título de exemplo, admitindo para uma dessas áreas o valor estimado *Ng* em março de 1998 igual a 625 mil beneficiários, a fração de amostragem *fg* correspondente será igual a 1/500.

Seguindo o mesmo exemplo, nas unidades primárias de amostragem (municípios ou conjuntos deles), selecionadas nos estratos auto-apresentados dessa área particular de estimação, onde $P(hi) = 1$, a probabilidade de seleção de uma segunda etapa [$P(hii)$] será igual a 1/500, mostrando que nos listados correspondentes a cada uma dessas grandes unidades primárias de amostragem deverá ser selecionado um de cada 500 beneficiários.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. São Paulo, *Primeiro Relatório de Pesquisa*, 1999, mimeo (Projeto BRA, 97/013).

CARDOSO, A. Dicotomia rural-urbana, economia local e pluriatividade. Uberlândia (MG), *Economia Ensaios*, v. 12/13, n. 2/1, 1998.

DELGADO, G. *Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica*. Brasília: IPEA, 1997 (Texto para Discussão, 477).

DELGADO, G., FLORES, J. F. Determinantes da queda recente do preço da terra no Brasil. Uberlândia (MG), *Economia Ensaios*, v. 12/13, n. 2/1, 1998.

DELGADO, G., CARDOSO JR., J. C., ROCHA, E., SUGAMOSTO, M., DUSTDAAR, N., BONATO, A., GALINDO, O., GALINDO, M., LIMA, A. E. *Avaliação socioeconômica e regional da previdência social rural: relatório metodológico.* Brasília: IPEA, 1999*a*.

——————. *Avaliação socioeconômica e regional da Previdência Social rural: relatório parcial dos primeiros resultados para a região Sul do Brasil*. Brasília: IPEA, 1999*b*, mimeo.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas (SP), Unicamp/IE, 1999.

WANDERLEY, M. N. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. Natal (RN), *Resumo dos Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 1997.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo